



SERVIÇOS DE  
ACÇÃO SOCIAL  
DO INSTITUTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

# Relatório de Gestão 2011

# Índice

<b>I- Introdução .....</b>	<b>3</b>
Introdução.....	4
<b>II - Caracterização da entidade .....</b>	<b>6</b>
1.1 - Identificação.....	7
1.2 - Legislação .....	7
1.3 - Estrutura Organizacional.....	8
1.4 – Estrutura Orgânica .....	10
1.5 – Delegação de Competências .....	10
1.6 - Descrição sumária das atividades .....	11
1.7 - A missão dos SAS.ipp.....	11
1.8 - Recursos Humanos.....	12
1.9 - Organização Contabilística .....	15
1.10 - Outra informação considerada relevante.....	16
<b>III - estrutura de recursos humanos .....</b>	<b>17</b>
A caracterização das pessoas .....	18
Número de efetivos em 2011 igual ao verificado em 2010 .....	27
Desenvolvimento de competências.....	28
<b>IV - A missão e princípios dos SAS.IPP.....</b>	<b>30</b>
A missão .....	31
Os princípios estruturais e estruturantes de atuação dos SAS.IPP .....	31
Os destinatários da missão SAS.IPP em 2011 .....	33
A tipologia dos serviços públicos prestados em 2011 .....	34
<b>V - Atividades de natureza transversal.....</b>	<b>36</b>
1 - O atendimento .....	37
1.1 - O atendimento presencial.....	38
1.2 - O atendimento telefónico.....	40
1.3 - O atendimento eletrónico.....	42
2 – Atividades de cariz tecnológico .....	44

<b>VI - Apoios sociais diretos: bolsas de estudo e auxílio de emergência .....</b>	<b>46</b>
1 – Enquadramento normativo .....	47
2 – A aplicação do modelo .....	50
3 - Apoios sociais diretos: resultados.....	51
<b>VII - Alimentação e nutrição .....</b>	<b>64</b>
1 – Enquadramento.....	65
2 – Modelo de gestão.....	66
3 – Garantia do preço de refeição social no âmbito do novo modelo de gestão .....	67
4 – Vantagens da alteração do modelo de gestão das unidades alimentares.....	67
5 – Análise financeira: preços e contrapartidas pela exploração das unidades alimentares .....	69
6 – Análise financeira: Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das unidades alimentares do tipo cantinas.....	71
7 – Capacidade instalada.....	74
8 – Regime de funcionamento .....	74
9 – Número de refeições servidas.....	75
10 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2011 nas unidades alimentares.....	79
11 – Outras atividades.....	85
<b>VIII - Alojamento .....</b>	<b>86</b>
1 – Enquadramento.....	87
2 – Modelo de gestão.....	88
3 – Modelo de atribuição de alojamento.....	88
4 – Análise financeira: preços .....	90
5 – Análise financeira: Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das unidades de alojamento .....	93
6 – Análise evolutiva da ocupação por unidade de alojamento .....	98
7 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2011 nas unidades de alojamento.....	102
8 – Caracterização das residências.....	104
9 - Projetos de novas Residências: Residência de Gil Vicente .....	109
<b>IX - Outros apoios de cariz social, cultural, desportivo ou recreativo .....</b>	<b>110</b>
1 – Outras atividades de apoio social.....	111
2 – Outras atividades de apoio.....	112
<b>X - Análise do orçamento e financiamento das atividades.....</b>	<b>113</b>
Introdução .....	114
Investimento .....	119

I.

# Introdução

*É imperativo elementar de gestão o enquadramento da atuação das organizações em dois instrumentos fundamentais: o plano e o relatório de atividades anuais. O primeiro, para definir a estratégia, hierarquizar opções, programar ações e afetar e mobilizar os recursos. O segundo, destinado a relatar o percurso efetuado, apontar os desvios, avaliar os resultados e estruturar informação relevante para o futuro próximo.*

*Planeamento e controlo complementam-se e são exigências recíprocas numa qualquer gestão eficiente, às quais, naturalmente, a Administração Pública não pode ser indiferente.*

Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 183/96. D.R. n.º 225, Série I-A de 1996-09-27  
Presidência do Conselho de Ministros

Define os princípios a que deve obedecer a elaboração do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da  
Administração Pública

## I. Introdução

O presente relatório, assim como as contas que lhe estão anexas, relativo ao exercício de 2011, dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS.IPP), foi elaborado nos termos da legislação aplicável aos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e das normas procedimentais do POC Educação, destinando-se à prestação de contas perante os órgãos de governo do IPP, e consequente consolidação de contas do respetivo Grupo Público, bem como, nos termos da Lei, ao Tribunal de Contas, Ministérios da Tutela e ao Ministério das Finanças.

Os SAS.IPP constituem-se assim como um serviço do IPP dotado de autonomia, mas integrante do universo do respetivo grupo público, articulando, na concessão de apoios aos estudantes, as orientações estratégicas definidas pelos órgãos próprios do IPP e a política de ação social escolar da responsabilidade do Governo.

As demonstrações financeiras, bem como os demais documentos de prestação de contas, incluindo o presente relatório, foram elaborados sob a responsabilidade do Administrador, que por tudo responde, nos termos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento Orgânico dos SAS.IPP, aprovado por Deliberação n.º 1386/2010, do Conselho Geral do IPP, e publicada na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 06 de Agosto, sendo presentes para aprovação do Conselho de Gestão do IPP, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo Regulamento.

O Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2011, procurará, de uma forma sucinta, demonstrar não só as atividades dos Serviços, mas também a sua organização, financiamento e custos, integrando-as relacionalmente com os anos anteriores, de acordo com a estrutura que a seguir se descreve.

II	Caracteriza a entidade
III	Dedica-se à estrutura de recursos humanos afetos à missão dos SAS.IPP
IV	Descreve a missão e os princípios estruturantes à atuação dos SAS.IPP
V	Atividades de natureza transversal

VI	Atividades prosseguidas na área de atribuição de apoios diretos, que inclui a atribuição de bolsas de estudo e auxílios de emergência a estudantes carenciados
VII	Atividades prosseguidas na área do apoio social indireto – área de prestação de serviços de alimentação, com foco na descrição do movimento dos bares e cantinas sob a gestão dos SAS.IPP
VIII	Atividades prosseguidas na área do apoio social indireto – área de prestação de serviços de alojamento e à caracterização da atividade gerada neste sector de missão
IX	Atividades de cariz social, cultural, desportivo ou recreativo
X	Procede à análise sumária do orçamento e financiamento das atividades

# II.

# Caracterização da entidade

*O limite ideal para o qual se encaminha a nova organização do trabalho  
é aquele em que este se limitaria a esta única força de ação: a  
iniciativa.*

Jean Fourastié

## **II. Caracterização da entidade**

### **1.1 - Identificação**

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto

Endereço: Praça do Marquês de Pombal nº 94 - 4 000 - 390 Porto

Classificação Orgânica: 151042203 – SAS – Instituto Politécnico do Porto

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

### **1.2 - Legislação**

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS.ipp), são um Serviço do Instituto Politécnico do Porto (IPP), dotado de autonomia administrativa e financeira conforme o art.º 37.º dos Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 5/2009, de 2 de Fevereiro.

Para além dos Estatutos, regem-se pela legislação aplicável às instituições de ensino superior públicas, nomeadamente a Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro (RJIES) e Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, bem como pela legislação específica da Ação Social no Ensino Superior Público, nomeadamente pelo Decreto-Lei 129/93, de 22 de Abril.

Entretanto, o Regulamento Orgânico dos SAS.ipp foi aprovado, através da Resolução do Conselho Geral do IPP n.º 1386/2010, de 7/6/2010, conforme publicação do DR 2.ª Série, n.º 152, de 6/8/2010.



### 1.3 - Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica dos SAS.ipp foi definida pelo Regulamento Orgânico acima referida. No entanto, quer pela escassez de recursos humanos, quer pelos esforços de reorganização interna, esta estrutura foi adaptada à realidade dos meios, devendo ser objeto de oportuna reformulação no quadro do regulamento interno a aprovar e que deverá ter em conta:

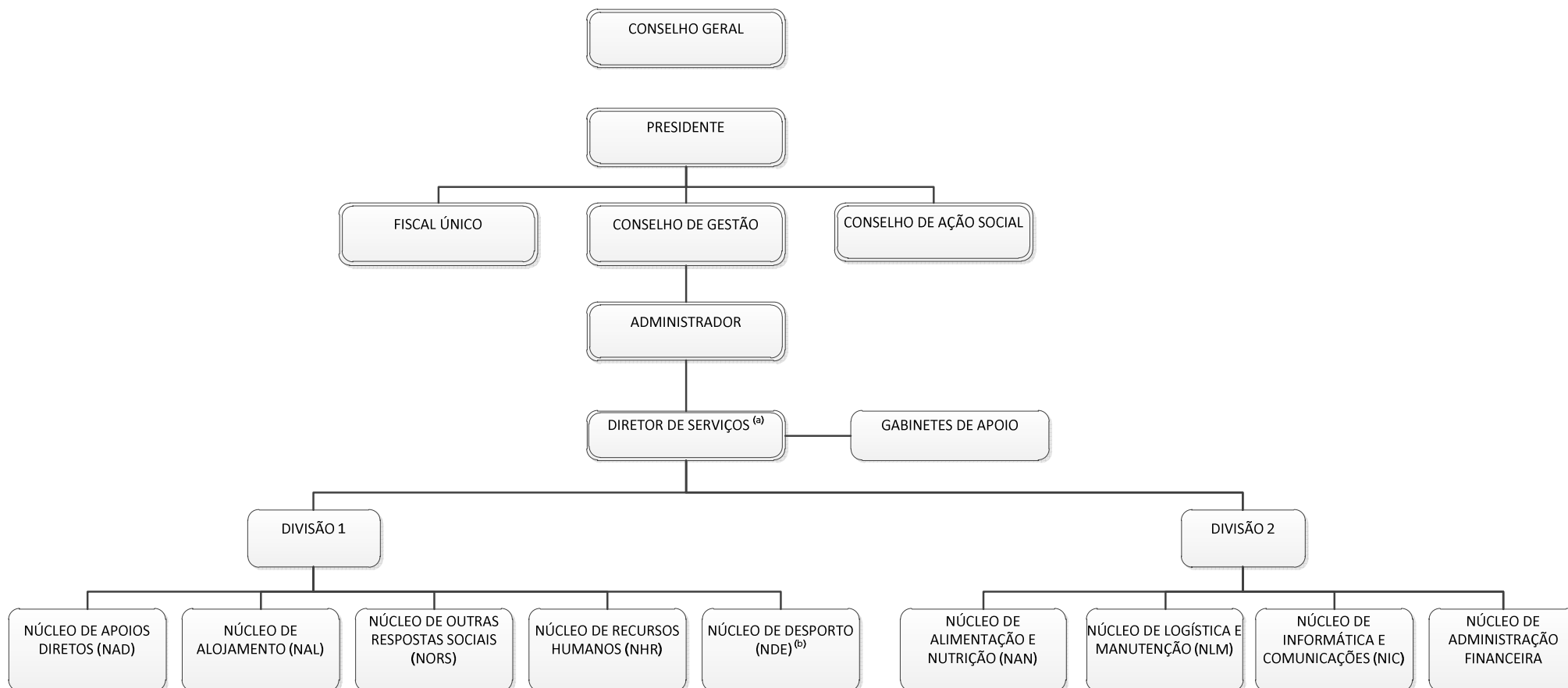
- a) Por um lado, a possibilidade, face a critérios de racionalidade interna, em especial suportados por razões orçamentais, de os SAS.ipp, se virem a integrar no âmbito dos Serviços Centrais e Presidência do IPP, com integração das atividades instrumentais, nos termos já previstos no n.º 3 do art.º 20.º do referido Regulamento Orgânico;
- b) Por outro, a declarada intenção governamental de promover a fusão de serviços de ação social em áreas com as cidades do Porto, Coimbra e Lisboa.

Por seu lado, o Conselho de Gestão aprovou em Julho de 2011, nos termos do n.º 2 do art.º 20.º do Regulamento Orgânico, a agregação de todos os serviços em duas divisões (a que corresponderiam dois lugares de chefe de divisão), no entanto, mantendo o lugar de diretor de serviços, com a afetação a este de uma das divisões.

Entretanto, em Outubro de 2011 cessou funções o administrador, tendo sido opção da presidência do IPP não preencher o lugar, na medida em que estavam em curso medidas de reorganização a nível interno e externo.

A estrutura de funcionamento está refletida no organigrama seguinte.

## Organigrama SAS.IPP



(a) Assegura, cumulativamente, as seguintes funções:

- Assessoria direta ao administrador, que substitui nas suas faltas e impedimentos;
- Coordenação das áreas de atividade transversais, nomeadamente as enquadráveis nos gabinetes de apoio: qualidade e auditoria interna, planeamento e gestão de projetos e inovação e projetos especiais;
- Direção dos serviços enquadrados na Divisão 1.

(b) Na situação atual a atividade desportiva está residente na orgânica dos Serviços Centrais da Presidência

#### **1.4 – Estrutura Orgânica**

Por outro lado, e como consequência do referido ponto anterior, os órgãos de gestão específicos dos SAS.ipp são apenas o Conselho de Ação Social e o Administrador (em parte substituído pelo diretor de serviços a partir de 20 de Outubro de 2011), sendo que têm competência também nesta área, para além do Conselho Geral do IPP, o Presidente e o Conselho de Gestão, de acordo com a Lei, os Estatutos e o referido Regulamento Orgânico.

**Presidente do IPP:** Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho

##### **Conselho de Gestão do IPP:**

*Presidente.....*Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho

*Vice-Presidente.....*Fernando José Malheiro de Magalhães (até 31 de Maio)

*Vice-Presidente.....*Delminda Augusta Pinto Lopes

*Vice-Presidente.....*Carlos Fernando da Silva Ramos

*Vice-Presidente.....*Orlando de Freitas Barreiro Fernandes (a partir de 20 de Outubro)

*Administrador.....*Paulo Sérgio Ribeiro Nogueira Ferraz

##### **Conselho de Ação Social:**

*Presidente.....* Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho

*Administrador.....* Orlando de Freitas Barreiro Fernandes

*Representantes dos Alunos ..... Paulo Neto (Presidente da AE do ISEP)*

*..... Paulo Pereira (Presidente da AE do ISCAP)*

*..... Ruben Alves (Presidente da AE da ESTSP, na qualidade de  
bolseiro)*

**Administrador:** Orlando de Freitas Barreiro Fernandes (até 19 de Outubro)

Diretor de Serviços: Eduarda Machado (a partir de 20 de Outubro)

#### **1.5 – Delegação de Competências**

No ano de 2011 vigoraram, no âmbito interno dos SAS.ipp, os seguintes despachos de delegações de competências:

- a) Despacho n.º 2301/2010, publicado no DR II Série n.º 23, de 3/2/2010, de delegação do Presidente do IPP no Administrador de competência para atribuir apoios aos estudantes;
- b) Despacho n.º 10589/2010, publicado no DR II Série n.º 121, de 24/06/2010, de delegação de competências do Presidente do IPP no Administrador;
- c) Despacho n.º 17149/2011, publicado no DR II Série, n.º 244, de 22/12/2011, de delegação de competências do Conselho de Gestão no Vice-Presidente;
- d) Despacho n.º 15725/2011, publicado no DR II Série, n.º 222, de 18/11/2011, de delegação de competências do Presidente no Vice-Presidente;
- e) Despacho n.º 159/2012, publicado no DR II Série n.º 5, de 6/1/2012, de delegação do Vice Presidente do IPP no Diretor de Serviços;

#### **1.6 - Descrição sumária das atividades**

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto são uma unidade orgânica do Instituto Politécnico do Porto e têm por finalidade a execução da política de ação social definida superiormente, quer pela Tutela, quer pelos órgãos próprios do IPP e pelo Conselho de Ação Social, tendo como missão proporcionar aos estudantes deste Instituto equidade no acesso ao ensino superior face a carência económica do respetivo agregado familiar e melhores condições de frequência escolar, através da prestação de apoios diretos (bolsas) e indiretos (nomeadamente alojamento e alimentação).

#### **1.7 - A missão dos SAS.ipp encontra-se agora bem definida no art.º 20.º do RJIES, que se transcreve:**

##### ***“Ação social escolar e outros apoios educativos***

*1 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de ação social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar.*

*2 — A ação social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do ensino superior por incapacidade financeira.*

3 — *No âmbito do sistema de ação social escolar, o Estado concede apoios diretos e indiretos geridos de forma flexível e descentralizada.*

4 — *São modalidades de apoio social direto:*

- a) *Bolsas de estudo;*
- b) *Auxílio de emergência.*

5 — *São modalidades de apoio social indireto:*

- a) *Acesso à alimentação e ao alojamento;*
- b) *Acesso a serviços de saúde;*
- c) *Apoio a atividades culturais e desportivas;*
- d) *Acesso a outros apoios educativos.*

6 — *Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura ainda outros apoios, designadamente:*

- a) *A atribuição de bolsas de estudo de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional;*
- b) *A concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, designadamente aos portadores de deficiência;*
- c) *A promoção da concretização de um sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes.”*

Do que no transcrito preceito se prescreve, estes SAS.ipp não desenvolveram a atividade desportiva, bem como a atribuição de bolsas de mérito, ambas residentes nos Serviços Centrais do IPP, sob coordenação da Presidência. Também foi reduzida a atividade nas áreas da saúde e cultural, por falta de recursos financeiros.

## **1.8 - Recursos Humanos**

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto tinham em 31/12/2011 um total de 19 trabalhadores efetivos, sendo o número total de potenciais utentes em 2011/12 (estudantes) a utilizar os serviços de 17.883 Tal implica um rácio trabalhador/estudantes de 1/941, que é o mais baixo de todos os serviços de ação social das instituições de ensino superior público (com exceção do IPCA, que se encontra ainda em regime de instalação e do qual não se possuem elementos), sendo a mais distante 1/41 (Universidade de Coimbra), com dados reportados a alunos 2009/10.

**Os efetivos existentes em 31/12/2011 constam do quadro seguinte:**

<b>Cargo/Carreira</b>	<b>Efetivos</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Área Funcional</b>	<b>Obs.</b>
Administrador	0	CS	Administração Geral	
Diretor Serviços	1	CS	Direção e coordenação dos diversos serviços	
Chefe de Divisão	1	CS	Núcleos de Alojamento, Alimentação e Nutrição, Administração Financeira e Logística e Manutenção,	
Técnico Superior	6	CTTI	Apoios Diretos - Bolsas	
Técnico Superior	1	CTTI	Serviços Financeiros	
Técnico Superior	1	CTTI	Área Alimentar	
Técnico de Informática	1	CTTI	Informática	
Assistente Técnico	2	CTTI	Apoios Diretos - Bolsas	a)
Assistente Técnico	1	CTTI	Alojamento / Atendimento Geral	
Assistente Técnico	1	CTTI	Secretariado / Atendimento Geral	
Assistente Operacional	2	CTTI	Alojamento	
Assistente Operacional	2	CTTI	Área Alimentar	b)

Observações:

CS - Comissão Serviço

CTTI – Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (RCTFP)

CTT – Contrato de trabalho em funções públicas a termo (RCTFP)

a) 1 em mobilidade intercarreiras e 1 em mobilidade intercategorias

b) 1 a exercer funções nos Serviços da Presidência e 1 a exercer funções na cantina da ESMAE, por conta da empresa concessionária

O mapa de pessoal aprovado para 2011 consta da página seguinte.

# O mapa de pessoal aprovado para 2011

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO - Serviços de Acção Social

Mapa de Pessoal Não Docente 2011

Unidade ou Área	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias													Nº de postos de trabalho			OBS		
		Presidente	Vice-Presidente	Administrador	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Dirigente intermédio de 2ºº grau (1)	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional	Área de formação académica ou profissional	Ocupados		Vagos	Extinguir
Administração e Gestão	Administração Geral			1													1	0	0	
	Coordenação e direcção de serviços				2												2	0	1	
	Coordenação e direcção de serviços					2											0	2	0	
	Expediente externo/ condução de visitas														1		0	1	0	
<b>Sub-Total</b>			0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	3	1	
Gabinetes de Apoio	Planeamento e gestão de projectos							1									0	1	0	
	<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Núcleo de Apoios Directos	Apoio directo ao estudante							6									1	5	0	c) 4
												3					2	1	0	
														1			1	0	1	
<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	3	0	0	1	4	6	1	
Núcleo de Alimentação e Nutrição	Área Alimentar							1									0	1	c)	
												1					0	1	0	
														4			3	1	2	
<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	4	3	3	2	
Núcleo de Alojamento	Área de Alojamento											1					0	1	0	
															5		1	4	0	
<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5		1	5	0	
Núcleo de Outras Respostas Sociais	Apoio Social							0									0	0	0	
	<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Núcleo de Logística e Manutenção	Área de logística e manutenção							1									0	1	0	
												1					1	0	0	
<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	2	1	0	
Núcleo de Informática e Comunicações	Área de informática																0	1	0	d)
	<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	
Núcleo de Administração Financeira	Área de administração financeira e patrimonial							2									2	0	0	
																1	0	1	0	
<b>Sub-Total</b>			0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	
<b>Total Geral</b>			0	0	1	2	2	0	11	0	1	0	7	0	0	12	15	21	4	
Postos de trabalho a 31-12-2010				1	2			7		1		3			5		10			
Postos de trabalho previstos para 2010				1	2			11		1		8			12		35			
Previsão fundamentada de novos postos de trabalho em 2011 (2)				0	0	2		0		0		0			0		2			
Postos de trabalho a extinguir				1											3		4			
<b>Crescimento líquido (previsão)</b>			0	0	0	-1	2	0	0	0	0	0	0	0	-3	0	-2	0	0	0

**Notas**

- (1) ou equiparado e identificar diploma legal que criou o cargo (a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado (c) - 4 postos ocupados em regime de contrato de trabalho a termo  
 (2) A fundamentação deve acompanhar o mapa de pessoal (preencher Anexo 3) (b) - mencionar o número de postos de trabalho a tempo parcial (d) - 1 lugar ocupado em regime de mobilidade

## **1.9 - Organização Contabilística**

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado, o qual inclui a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, suportado pelo software de gestão Primavera AP, o qual assegura os registos e instrumentos de prestação de contas previstos pelo POC Educação.

Existe ainda o Registo de Inventário, de acordo com o CIBE, integrado no sistema Primavera.

O sistema informático utilizado é baseado numa plataforma de base de dados SQL Server e num sistema integrado de módulos aplicativos, englobando as diferentes áreas, o qual funciona em ambiente Windows.

Existe um arquivo único, onde se encontram os documentos de suporte às operações orçamentais. Neste arquivo e juntamente com o documento emitido informaticamente, comprovativo do registo da correspondente operação orçamental, encontra-se a documentação conexa relativa ao processo de aquisição, tais como propostas e documentos similares.

Existe um arquivo onde se encontram os documentos emitidos relativos às operações orçamentais de compromisso, as quais são efetuadas após a autorização para efetuar a despesa.

Os documentos de suporte dos custos e proveitos encontram-se em dois arquivos, consoante a sua natureza. Juntamente com os documentos de suporte dos custos e proveitos é arquivada a nota de lançamento, emitida pelo sistema informático, que no caso das despesas estão associados às ordens de pagamento correspondentes.

Como arquivos auxiliares existem ainda os seguintes arquivos de documentos:

- Orçamento e alterações orçamentais;

- Extratos bancários;

- Reconciliações bancárias.

No sistema contabilístico em vigor no corrente ano foram produzidas de forma regular todas as informações relativas à execução orçamental, nomeadamente através do sistema SIGO, as conciliações bancárias e outras para suporte da gestão e prestação periódica de contas aos diversos organismos.

No que respeita ao software de suporte à gestão de atribuição de bolsas de estudo e alojamento, por força da adesão obrigatória dos Serviços de Ação Social das Instituições de Ensino Superior Público, ocorrida em 2011, à plataforma informática de apoio à atribuição de apoios sociais diretos (bolsas de estudo e auxílios de emergência), da responsabilidade da DGES – Direção Geral



do Ensino Superior, plataforma essa que não integra qualquer resposta integrada para a gestão do alojamento, deixou de ser justificar, pela relação custo/ benefício, o investimento em novos desenvolvimentos, estando em curso a criação, com base em recursos humanos e tecnológicos do IPP, de software específico para a gestão do alojamento.

#### **1.10 - Outra informação considerada relevante.**

Em 2010 foi designado o Fiscal Único para todo o IPP, o qual tem funções de acordo com o RJIES e os Estatutos do IPP.

A contabilidade é efetuada por uma entidade privada, embora integrante do grupo público IPP – a Fundação Instituto Politécnico do Porto (FIPP), que dispõe de uma área especializada nesta matéria, operando com o sistema Primavera AP.

Este serviço está assim a ser assegurado em regime de outsourcing, complementado por duas técnicas superiores afetas aos Serviços Financeiros.

---

III.

# A estrutura de recursos humanos

*Mais importante? As pessoas.*

*São elas o mais valioso recurso que qualquer organização pode ter.*

### III. A estrutura de recursos humanos afetos à missão dos SAS.IPP

*As pessoas são as protagonistas das organizações. Uma equipa motivada, envolvida com a organização, aquela que veste a camisola nos bons e nos maus momentos, é fator decisivo para o sucesso das organizações. É assim que se caracteriza a pequena, mas coesa e comprometida, equipa de pessoas ao serviço dos SAS.IPP. Uma equipa permitiu atingir as metas a que nos propusemos, as mais das vezes em condições adversas, e que nos permite afirmar: encerramos mais um ano de atividades com a convicção de termos cumprido da melhor forma possível a missão dos SAS.IPP.*

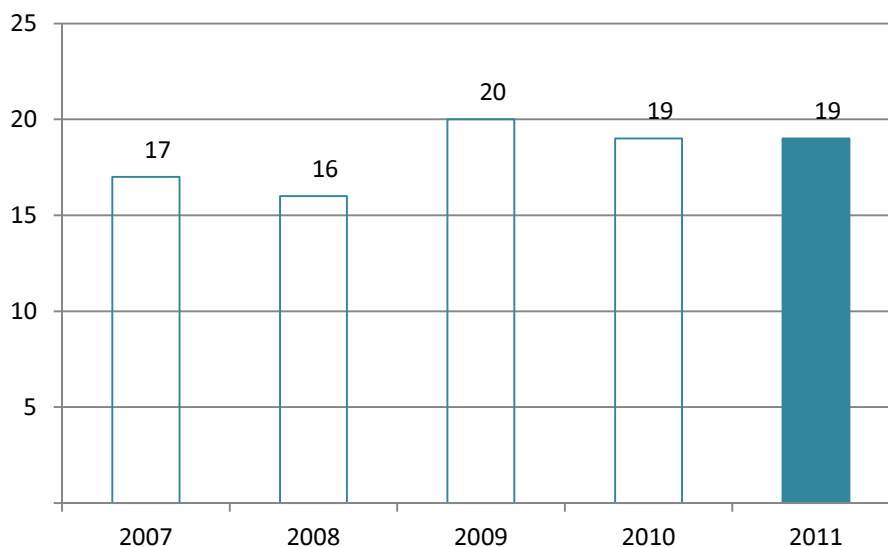
#### A caracterização das pessoas

Evolução dos recursos humanos, por grupo profissional

Quadro 1

Grupo profissional	2007	2008	2009	2010	2011
Dirigente	1	2	3	3	2
Técnico Superior	2	3	7	7	8
Assistente Técnico	3	2	3	3	4
Assistente Operacional	5	5	4	4	4
Técnico Informática		1	1	1	1
Avençados	6	3	2	1	
Total	17	16	20	19	19

Figura 1 – Evolução dos recursos humanos, por grupo profissional



N.º de efetivos por grupo profissional, relação jurídica de emprego e sexo

Quadro 2

Grupo/cargo/carreira/ Mobilidades de vinculação	CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		Nomeação e Comissão de serviço ao abrigo da LVCR		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior					0	0	0
Dirigente Intermédio					2	0	2
Técnico Superior	3	5			3	5	8
Assistente Técnico		4			0	4	4
Assistente Operacional	1	3			1	3	4
Informático	1				1	0	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>19</b>

N.º de efetivos por grupo/cargo/carreira/escalão etário e género

Quadro 3

Grupo/cargo/carreira/ Escalão etário e género	30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Dirigente Superior															0	0	0
Dirigente Intermédio				1		1									0	2	2	
Técnico Superior	2	3		1	1					1					3	5	8	
Assistente Técnico			1		1						2				0	4	4	
Assistente Operacional	1								2						1	1	3	4
Informático				1											1	0	1	
Total	3	4	1	3	1	1	0	2	0	3	0	0	0	1	5	14	19	

N.º de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Quadro 4

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	Até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-34		35-39		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Dirigente Superior															0	0	0
Dirigente Intermédio				1		1									0	2	2	
Técnico Superior	3	4							1						3	5	8	
Assistente Técnico			1		1		2								0	4	4	
Assistente Operacional					1	2									1	1	3	4
Informático					1										1	0	1	
Total	3	5	0	2	2	5	0	1	0	0	0	0	0	1	5	14	19	

N.º de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Quadro 5

Grupo/cargo/carreira/ Habilitação literária	4 anos de escolar.		6 anos de escolar.		9.º ano ou equiv.		11.º ano		12.º ano ou equiv.		CET		Licenciatura		Mestrado		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Dirigente Superior																			0
Dirigente Intermédio														1		1		0	2	2
Técnico Superior													3	5				3	5	8
Assistente Técnico									3					1				0	4	4
Assistente Operacional		2			1	1												1	3	4
Informático										1								1	0	1
Total	0	2	0	0	1	1	0	0	0	3	1	0	3	7	0	1	5	14	19	

N.º de trabalhadores admitidos ou regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o modo de ocupação

Quadro 6

Grupo/cargo/carreira/ Modo de ocupação do posto de trabalho	Procedimento Concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna, órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de Serviço		CEAGP		Outras situações		Total		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior																	0	0	0
Dirigente Intermédio																	0	0	0
Técnico Superior	3	3							3								3	6	9
Assistente Técnico							2										0	2	2
Assistente Operacional																	0	0	0
Informático	1																1	0	1
Total	3	3	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	8	11

Contagem de trabalhadores contratados por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Quadro 7

Grupo/cargo/carreira/ motivos de saída (durante o ano)	Denúncia por iniciativa do trabalhador		Exercício de outras funções no IPP		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior			1		1	0	1
Dirigente Intermédio					0	0	0
Técnico Superior				1	0	1	1
Assistente Técnico					0	0	0
Assistente Operacional					0	0	0
Informático					0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por grupo/cargo/carreira,

Quadro 8

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de Procedimento Concursal
Dirigente Superior	0
Dirigente Intermédio	
Técnico Superior	2
Assistente Técnico	1
Assistente Operacional	4
Informático	
<b>Total</b>	<b>7</b>

Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Quadro 9

Grupo/cargo/carreira/ modalidade de horário de trabalho	Rígido		Flexível		Isenção de horário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Dirigente Superior							0	
Dirigente Intermédio							2	0	2
Técnico Superior			3	5			3	5	8
Assistente Técnico		3		1			0	4	4
Assistente Operacional	1	3					1	3	4
Informático			1				1	0	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>19</b>

Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Quadro 10

Grupo/cargo/carreira/ Trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Isenção de horário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Dirigente Superior							0	
Dirigente Intermédio							0	0	0
Técnico Superior	113	174					113	174	287
Assistente Técnico		125					0	125	125
Assistente Operacional							0	0	0
Informático	32						32	0	32
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>299</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>145</b>	<b>299</b>	<b>444</b>



Contagem dos dias de ausência do trabalho durante o ano por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Quadro 11

Grupo/cargo/carreira/ Ausência ao trabalho	Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Por acidente em serviço ou doença profissional		Doença		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante/cumprimento de obrigações		Por conta das férias		Greve		Deslocação no país		Total		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior																					0	0	0
Dirigente Intermédio		217								1								1	0	219	219		
Técnico Superior	39	249	5	3				7	1	8	4	5	1	1		1				50	274	324	
Assistente Técnico								64		4					2	1				0	71	71	
Assistente Operacional				2				229						3	1					1	234	235	
Informático					7		3							2						12	0	12	
Total	39	466	5	5	7	0	3	300	1	13	4	5	3	6	1	2	0	1	63	798	861		

Total dos encargos com o pessoal durante o ano

Quadro 12

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração Base <sup>(1)</sup>	269.081,75 €
Suplementos remuneratórios (13)	15.621,97 €
Prémios de desempenho	- €
Prestações Sociais (quadro 14)	44.368,88 €
Outros encargos com pessoal <sup>(15)</sup>	61.700,84 €
Total	390.773,44 €

<sup>(1)</sup> Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de natal

<sup>(2)</sup> Inclui avenças, encargos com saúde (ADSE) e contribuições para a SS e CGA

Suplementos remuneratórios

Quadro 13

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	4.352,99 €
Trabalho em dias de descanso complementar e feriados	794,07 €
Abono para falhas	- €
Ajudas de Custo	810,82 €
Representação	9.664,09 €
Outros suplementos remuneratórios	- €
Total	15.621,97 €

Encargos com prestações sociais

Quadro 14

Prestações Sociais	Valor (Euros)
Subsídios de parentalidade	27.132,25 €
Abono de família	636,96 €
Acidente de trabalho e doença profissional	40,61 €
Subsídio de refeição	16.559,06 €
Total	44.368,88 €

Despesas anuais com a formação

Quadro 15

Despesas anuais com formação	Valor (Euros)
Despesas com ações Internas	- €
Despesas com ações externas	3.537,00 €
Total	3.537,00 €

Contagem relativa a participações em ações de formação profissional, durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Quadro 16

Tipo de Ação/Formação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais
Internas	3	0	0	0
Externas	5	4	0	1
Total	8	4	0	1

Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Quadro 17

Grupo/cargo/carreira/ Horas despendidas	Horas despendidas em ações internas	Horas despendidas em ações externas
Dirigente Superior	0	0
Dirigente Intermédio	70	8
Técnico Superior	90	400
Assistente Técnico	18	8
Assistente Operacional	6	0
Informático	0	35
Total	184	451

Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Quadro 18

Grupo/cargo/carreira/ n.º de participação e de participantes	Ações internas		Ações externas		Total	
	N.º de ações	N.º de participantes	N.º de ações	N.º de participantes	N.º de ações	N.º de participações
Dirigente Superior					0	0
Dirigente Intermédio		1	2	1	5	2
Técnico Superior	3	8	2	7	2	15
Assistente Técnico		3		1	0	4
Assistente Operacional		1			0	1
Informático		1	1	1	1	2
Total	3	14	5	10	8	24

### Número de efetivos em 2011 igual ao verificado em 2010

O ano de 2011, no que à estrutura de recursos humanos respeita, reflete, por um lado, as mudanças estruturais verificadas no último trimestre do ano, nesta área marcada pela saída do Administrador, que passou a exercer funções de vice presidente do IPP e, por outro lado, pelo alcance de uma estrutura mais sólida, em que todos os seus efetivos, com exceção dos que exercem cargos dirigentes, passaram a estar abrangidos por vínculo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

No que respeita ao exercício de funções dirigentes, mantiveram-se em número, mas um lugar de diretor de serviços foi extinto e deu lugar a outro de chefe de divisão, ocupado por prévio procedimento concursal, aberto e concluído em 2011.

Esta área, de política e gestão de recursos humanos, foi, no essencial marcada por atividades de:

- Avaliação do desempenho dos colaboradores, nos termos definidos na Lei (SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública).
- Pela promoção de ações de formação profissional, quer internas, quer externas.

- Pela abertura de procedimentos concursais, com vista ao recrutamento de efetivos para assegurar funções de carácter permanente. Neste âmbito, foram abertos cinco procedimentos concursais, dos quais dois para o recrutamento de técnicos superiores (cinco vagas para a área de atribuição de apoios sociais diretos e uma vaga para a área de alimentação e nutrição), um para recrutamento de um técnico de informática (para integração no Núcleo de Informática e Comunicações), um para recrutamento de um assistente técnico (iniciado e não terminado em 2011, para a área de atribuição de apoios sociais diretos) e um com vista à escolha de um chefe de divisão (para a direção dos Direção e coordenação dos Núcleos de Alojamento, Alimentação e Nutrição, Administração Financeira e Logística e Manutenção).

No total, a estes procedimentos, candidataram-se 474 cidadãos.

- E, por fim, pelo recrutamento, em regime de mobilidade interna na categoria, de um assistente técnico (um para a área de atribuição de alojamento e outro, para a área de atribuição de apoios sociais diretos).

Da conclusão destes procedimentos, verificou-se um aumento de dois efetivos face aos apurados em 31/12/2010, no entanto, porque nesse ano saíram em número igual (o Administrador e um técnico superior), em termos globais não houve aumento.

### **Desenvolvimento de competências**

No ano de 2011, os SAS.IPP apostaram na melhoria de competências dos seus colaboradores e, tal como em anos anteriores, recorreram aos seus recursos próprios para ministrar essas ações, relegando para a formação externa as áreas de competências que, por aquela via não podiam ser supridas.

Ao nível da formação interna, as ações de formação sustentaram-se quer em metodologias de formação em sala, direcionadas para a formação nas TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação, de natureza transversal quanto ao tipo de participantes, quer em metodologias alternativas, de formação “*on the job*”, vocacionadas para articular a transmissão de novos conhecimentos, nomeadamente técnicos, ou competências, com a sua aplicação prática no terreno a projetos concretos.

---

Essa formação foi, no essencial, suportada na metodologia de “*coaching*”, desencadeada pelas lideranças institucionais, que teve por fim ajudar as equipas a trilharem o seu próprio caminho de autodesenvolvimento com o objetivo de as ações e as soluções a implementar para cada caso dependessem menos de quem coordena e mais se constituem como agentes ativos da melhoria do desempenho institucional e da adaptação às, cada vez mais frequentes, mudanças: cada membro da equipa.

A metodologia de formação do tipo *coaching* foi ainda articulada com outra que a complementou: o método de “*inside training*”. Este método, que se caracteriza como um método de formação informal, sustentou a orientação para a divulgação dos objetivos, valores, resultados, estratégias e para o apoio especializado em tempo real à transmissão de práticas, técnicas ou metodologias, a aplicar na resolução de problemas, ou na melhoria de métodos de trabalho ou dos modelos de organização e de gestão.

---

IV.

# A missão e princípios dos SAS.IPP

*"Dêem-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu moverei o mundo"*

Arquimedes

## IV. Introdução

### A missão

A missão dos SAS.ipp encontra-se agora definida no artigo 20.º, do RJIES, que se transcreve:

#### ***Ação social escolar e outros apoios educativos***

*1 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de acção social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar.*

*2 — A acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do ensino superior por incapacidade financeira.*

*3 — No âmbito do sistema de acção social escolar, o Estado concede apoios directos e indirectos geridos de forma flexível e descentralizada.*

*4 — São modalidades de apoio social directo:*  
*a) Bolsas de estudo;*  
*b) Auxílio de emergência.*

*5 — São modalidades de apoio social indirecto:*  
*a) Acesso à alimentação e ao alojamento;*  
*b) Acesso a serviços de saúde;*  
*c) Apoio a actividades culturais e desportivas;*  
*d) Acesso a outros apoios educativos.*

*6 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura ainda outros apoios, designadamente:*  
*a) A atribuição de bolsas de estudo de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional;*  
*b) A concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, designadamente aos portadores de deficiência;*  
*c) A promoção da concretização de um sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes.”*

A atividade desportiva, bem como a atribuição de bolsas de mérito, ambas residentes nos Serviços Centrais do IPP, sob coordenação da Presidência. Também foi reduzida a atividade nas áreas da saúde e cultural, por falta de recursos financeiros.

### Os princípios estruturais e estruturantes de atuação dos SAS.IPP

A atuação dos SAS.IPP no ano de 2011 foi norteadada e sustentou-se nos seguintes princípios fundamentais, que orientaram as opções de gestão:



- **Princípio da atenção centrada no estudante** – os SAS.IPP estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades atuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas
- **Princípios da transparência – como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS.IPP atuam** de forma a garantir objetividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes serviços e os estudantes
- **Princípio da boa-fé** – os SAS.IPP e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa-fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento
- **Princípio da proporcionalidade** – entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta
- **Princípio da informação e da qualidade** – os SAS.IPP devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida
- **Princípio da responsabilização do estudante** – que aponta para a assunção pelo estudante das consequências da sua ação, expressa ou implícita, pelos seus atos
- **Princípio da melhoria contínua** – a melhoria contínua do desempenho pelo qual cumprem a sua missão é um objetivo permanente dos SAS.IPP

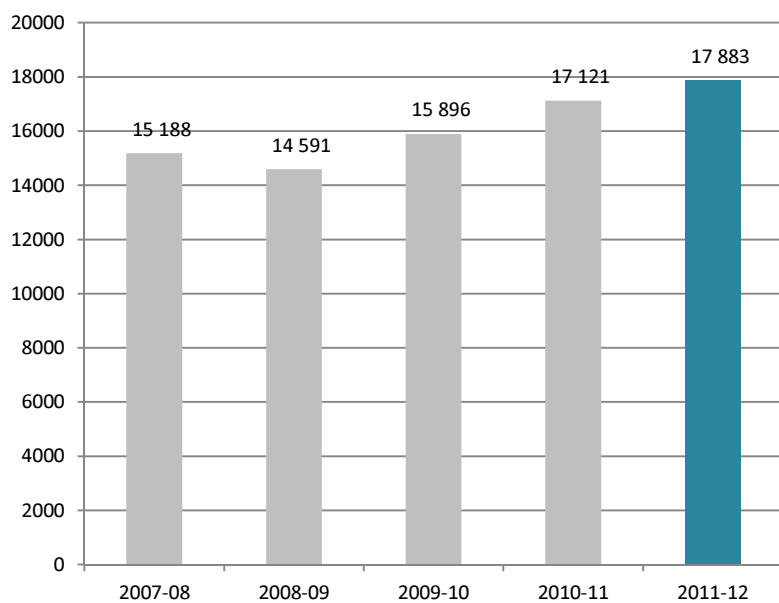
## Os destinatários da missão SAS.IPP em 2011

Os SAS.IPP, no âmbito da sua missão e em respeito pela discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados, dirigem os seus serviços à comunidade de estudantes do IPP, assim distribuídos pelas seguintes estruturas de ensino e com a evolução que se identifica:

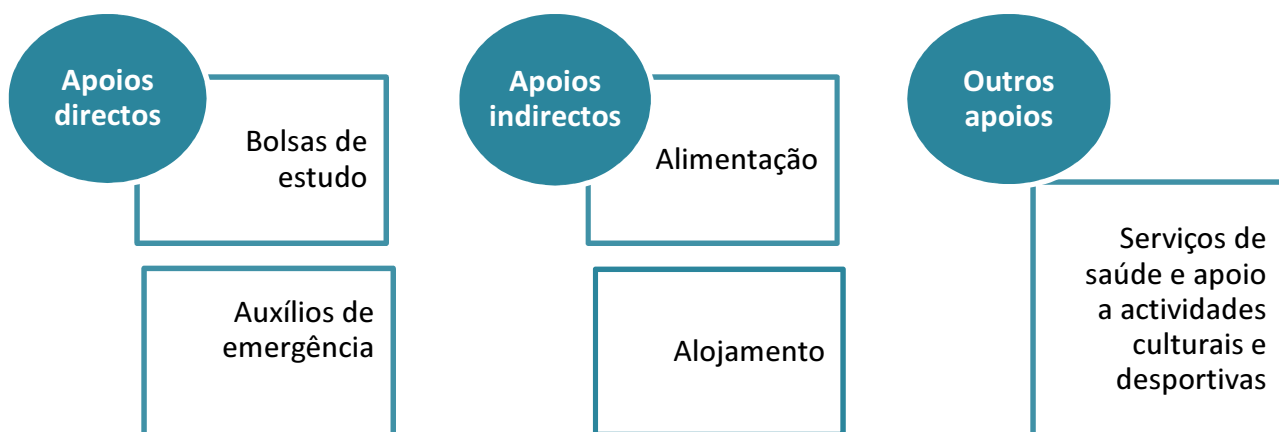
Tabela 1 – evolução do número dos estudantes IPP 2007 a 2011

	Escola	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12
ESE	Escola Superior de Educação	1 332	1 227	1 553	1 631	1 756
ESMAE	Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo	589	561	551	729	772
ESEIG	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	1 212	1 065	1 113	1 204	1 362
ESTGF	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	776	882	1 117	1 333	1 361
ESTSP	Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto	1 769	1 827	2 055	2 004	2 113
ISCAP	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	3 607	3 297	3 349	3 680	3 699
ISEP	Instituto Superior de Engenharia do Porto	5 788	5 619	6 059	6 540	6 820
IPP-TCAV	Tecnologias da Comunicação Audio visual	115	113	99	---	---
	<b>IPP</b>	<b>15 188</b>	<b>14 591</b>	<b>15 896</b>	<b>17 121</b>	<b>17 883</b>

Figura 2 – evolução estudantes IPP



### A tipologia dos serviços públicos prestados em 2011



---

Os principais serviços prestados podem ser agrupados em três grandes grupos: (1) serviços de apoio diretos, em especial a atribuição de bolsas de estudo, (2) os serviços de apoio indiretos, onde tem especial relevância a atribuição de alojamento, a prestação de serviços de restauração (cantinas e bares), e (3) outros serviços de apoio, nomeadamente serviços médicos, de promoção e apoio a atividades culturais e desportivas e outras atividades desenvolvidas pelas organizações de estudantes, cursos e escolas.

As atividades desenvolvidas no ano de 2011 com vista à prestação de cada um destes serviços, que formam o sistema de missão dos SAS.IPP, serão retratadas ao longo das partes seguintes, do presente relatório.

---

V.

# Atividades de natureza transversal

*Diz-se de algo (atividade) que atravessa uma área principal (missão) ou para ela converge (estudante)*

Definição “transversal”, do dicionário de língua portuguesa, adaptada ao contexto SAS.IPP

## V. Atividades de natureza transversal

As atividades de natureza transversal são aquelas que, ainda que desenvolvidas pelos contributos dos diferentes serviços, têm um fim comum, assim como aquelas que, tendo sido desenvolvidas por um único serviço, se dirigem de forma transversal à prossecução da missão dos SAS.IPP.

No âmbito das primeiras – diferentes contributos e fim comum – encontramos as atividades de comunicação e atendimento, dirigidas aos principais destinatários da prossecução das diferentes, mas convergentes, áreas de missão dos SAS.IPP.

### 1 - O atendimento

O atendimento para estes SAS mais do que um dever constituiu-se numa oportunidade de continuamente revermos e melhorarmos o que fazemos e como fazemos, aumentando a satisfação daqueles que aos nossos serviços recorrem. Desta atividade surgem ao longo do ano reformulações de como comunicar, de como tornar a nossa informação mais atrativa, mais simples e perceptível. Saber ao ouvir e saber interpretar é para nós essencial para melhorarmos continuamente a nossa atuação, por isso agradecemos as críticas construtivas que nos dirigiram e confortou-nos os elogios que nos reconheceram. Bem hajam todos quantos não ficaram indiferentes à nossa atuação porque foi com base nessa atitude que também tivemos capacidade de questionar e reinventar os nossos procedimentos.

A dimensão da atividade de atendimento gerado num ano civil, é também representativa do esforço institucional exigido, de conciliação constante das atividades de *back-office* com as de *front-office*. Uma tarefa difícil, quando os recursos são escassos, mas essencial para organizações aprendentes como consideram estes SAS, porque se constitui de primordial importância para conhecermos aqueles a quem servimos, as suas principais dificuldades e dúvidas, as suas reais expectativas de como devemos prestar-lhes os nossos serviços.

A análise conjunta da atividade de atendimento, nas suas diferentes modalidades, apresentada nas páginas seguintes, retira abstração ao supra afirmado e ganham, pela concreticidade dos números, a importância que tem no quadro das atividades dos SAS.IPP, gerados por três tipos distintos, mas complementares, de atendimento: o atendimento presencial, o atendimento telefónico e o atendimento eletrónico.

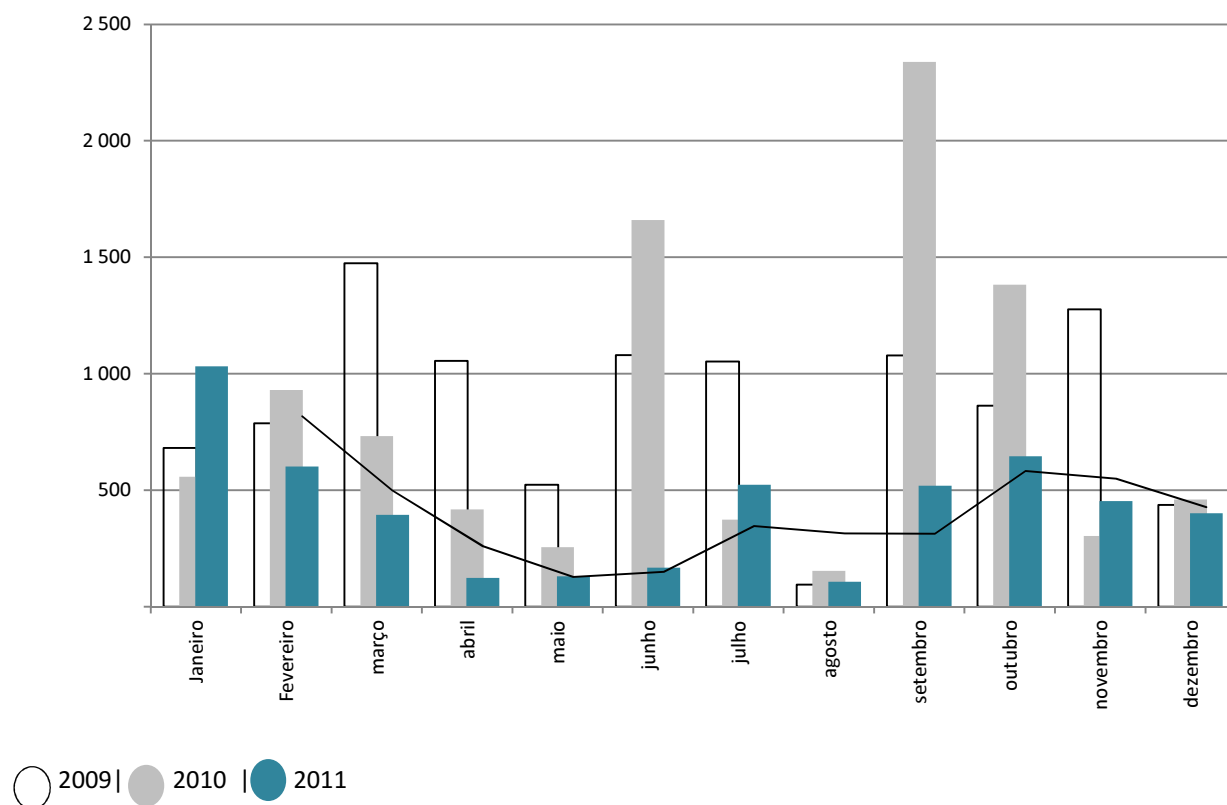
### 1.1 - O atendimento presencial

Do conjunto das três modalidades de atendimento, o atendimento presencial constitui-se naquele que para estes SAS se constitui mais gratificante e mais exigente. Mais gratificante, porque permite uma interação em tempo real e presencial com os estudantes que procuram os nossos serviços, e mais exigente não só pela representatividade que tem mas também, porque é o atendimento que exige maior competência e aptidões de quem o assegura. Atender significa acolher, ser empático, integrar, orientar, saber ouvir e saber comunicar técnica e emocionalmente.

Tabela 2 - Número de atendimentos presenciais: análise comparativa

Mês	2009	2010	2011
janeiro	682	558	1 032
fevereiro	787	930	602
março	1 475	732	394
abril	1 055	417	124
maio	523	255	130
junho	1 080	1 660	168
julho	1 053	374	523
agosto	94	153	107
setembro	1 078	2 339	519
outubro	863	1 382	646
novembro	1 276	304	453
dezembro	437	460	401
<b>Total ano</b>	<b>10 403</b>	<b>9 564</b>	<b>5 099</b>
alunos IPP (a)	<b>15 896</b>	<b>17 121</b>	<b>17 121</b>
% de atendimentos (a)	<b>65%</b>	<b>56%</b>	<b>30%</b>

Figura 3 - Número de atendimentos presenciais: análise comparativa



Da análise dos dados, resulta uma tendência de diminuição do atendimento presencial ao longo dos anos, explicada por atividades, desenvolvidas nos diferentes setores de atividade, com o objetivo, por um lado, de aumentar a autonomia dos estudantes, traduzida na sua maior capacidade de interpretar informação e de saber gerir os seus processos, nomeadamente de candidatura, e por outro lado, quer pelo incentivo ao uso alternativo de meios de comunicação, como seja o email, quer pelo recurso a novas ferramentas de gestão, de índole tecnológica, que permite ao estudante de qualquer lado e a qualquer hora, gerir os seus processos, apresentados para decisão, perante os SAS.IPP.

Estes resultados, de diminuição do atendimento presencial, têm sido alcançados por suporte a atividades complementares e essências neste domínio, essencialmente



sustentadas na elaboração de documentos de orientação do estudante, como sejam: guias de apoio, respostas a questões frequentes, por área de missão, comunicações relevantes e de conteúdo genérico, publicadas na página da internet, entre outros, que mais não se constituem do que em transformações das suas dúvidas em conteúdos de orientação, aumentando a sua autonomia face a processos de natureza burocrática.

O sucesso deste resultado decorre não do objetivo que lhe parece estar subjacente – de diminuição do atendimento presencial – mas antes do objetivo de aumentar a autonomia do estudante e retirar-lhe o ónus da sua presença, em prejuízo de outras atividades pessoais que tem de desenvolver, para a prossecução de atividades tão simples quanto enviar documentos de instrução de candidaturas. Nestes termos, a diminuição do atendimento presencial, é apenas uma decorrência natural daquele objetivo fixado.

## **1.2 - O atendimento telefónico**

Constituindo-se ainda no meio de comunicação menos eficaz, por força da inexistência de recursos humanos bastantes para comunicar com o estudante com recurso a todos os canais de comunicação disponíveis, houve no entanto uma melhoria relativa nesse meio de comunicação com a entrada em funcionamento do **número azul** no ano de 2010, que permite ao estudante ser atendido por um profissional, capaz de o esclarecer ou encaminhar, sem custos e sem se sujeitar aos encaminhamentos sucessivos entre extensões internas.

A análise comparativa deste tipo de atendimento apenas é possível remontar ao último quadrimestre do ano de 2010, momento em que foi possível implementar um sistema de telefónicas.

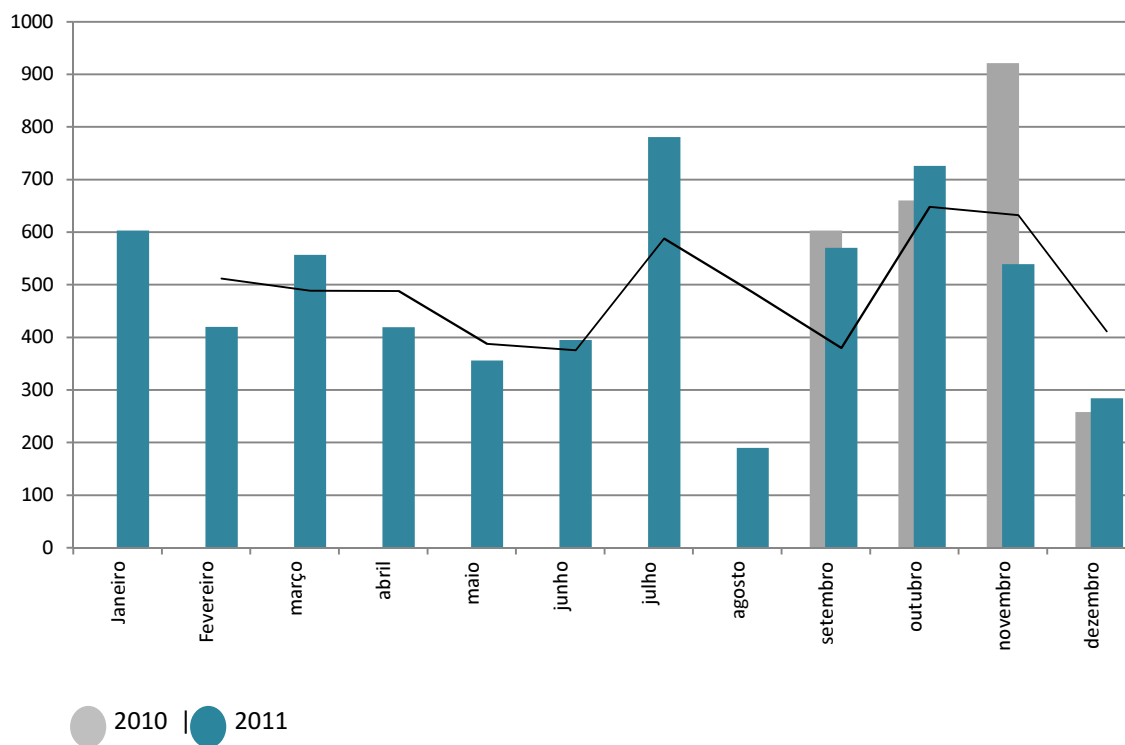
Pela análise dos dados, nos períodos em que a comparação é possível, verifica-se que esta área de atendimento também verificou uma diminuição, mas menos representativa do que na área de atendimento anterior: dos 2.442 atendimentos telefónicos registados no último quadrimestre do ano de 2010, passamos para 2119, no mesmo período do ano de 2011, o que representa uma diminuição na ordem dos 13%.

Esta tendência de diminuição, menos acentuada do que a verificada na área de atendimento presencial, era no entanto esperada, porquanto o atendimento telefónico tem um objetivo de informação, acolhimento e orientação de natureza mais instantânea e pontual, que serve para colocar pequenas dúvidas. Ao invés, o atendimento presencial é mais vocacionado para pedidos de informação, acolhimento e orientação de natureza mais difusa, mais abrangente e mais também mais complexa.

Tabela 3 - Número de atendimentos telefónicos: análise comparativa

<b>Mês</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Janeiro			603
Fevereiro			420
março			557
abril			419
maio			356
junho			395
julho			781
agosto			190
setembro		603	570
outubro		660	726
novembro		921	539
dezembro		258	284
Total ano		<b>2 442</b>	<b>5 840</b>
alunos IPP (a)	<b>15 896</b>	<b>17 121</b>	<b>17 121</b>
% de atendimentos (a)	<b>0%</b>	<b>14%</b>	<b>34%</b>

Figura 4 - Número de atendimentos telefónicos: análise comparativa



### 1.3 - O atendimento eletrónico

O atendimento eletrónico, via email, através dos seguintes endereços temáticos:

Área	email
Alimentação e nutrição	<a href="mailto:gicant@sas.ipp.pt">gicant@sas.ipp.pt</a>
Alojamento	<a href="mailto:alojamento@sas.ipp.pt">alojamento@sas.ipp.pt</a>
Bolsas de estudo	<a href="mailto:bolsas@sas.ipp.pt">bolsas@sas.ipp.pt</a>
Geral	<a href="mailto:info@sas.ipp.pt">info@sas.ipp.pt</a>

Da análise dos dados, que apresentaremos a seguir, resulta que nesta área de atendimento houve uma tendência divergente da verificada nas demais áreas de atendimento, presencial e telefónico. De facto, de uma diminuição de atendimentos verificada no ano de 2010, quando comparada com o número atingido no ano de 2009, em cerca de 10%, passamos para um aumento, em 2011, de cerca de 17% face ao número atingido em 2010 e cerca de 7%, face ao número atingido em 2009.

Este aumento é em grande medida explicado pela alteração da plataforma informática, de suporte às candidaturas a bolsa de estudo, ocorrida no ano de 2011, para suporte do processo 2011-2012.

Novas estruturas de dados, novas formas de interpretar a informação, resultaram em mais necessidade de apoio e orientação, com reflexos no aumento dos pedidos de apoio e esclarecimento recebidos por aquele canal de comunicação.

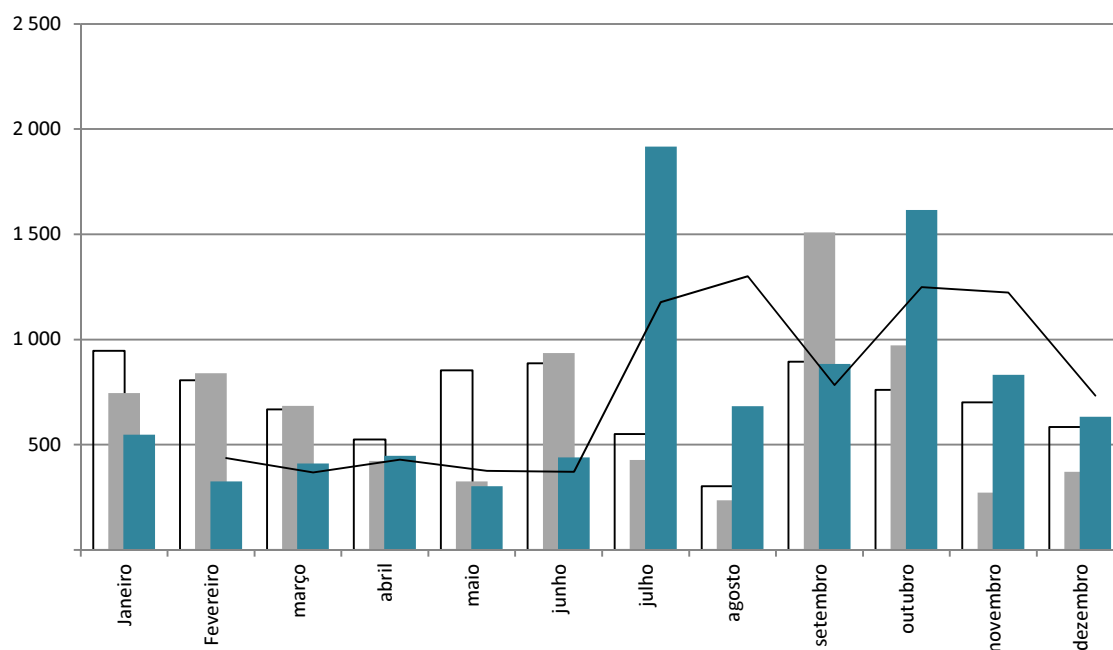
Se a mudança justifica o aumento, a maior eficiência e eficácia atingida a na comunicação através deste meio de comunicação, também explica o aumento verificado.

Tabela 4 - Número de atendimentos eletrónicos: análise comparativa

<b>Mês</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Janeiro	946	746	547
Fevereiro	807	840	325
março	668	684	410
abril	525	423	448
maio	853	325	303
junho	887	935	439
julho	551	427	1 917
agosto	303	236	683
setembro	895	1 509	884
outubro	761	972	1 615
novembro	701	272	832
dezembro	584	371	633

Total ano	<b>8 481</b>	<b>7 740</b>	<b>9 036</b>
alunos IPP (a)	<b>15 896</b>	<b>17 121</b>	<b>17 121</b>
% de atendimentos (a)	<b>53%</b>	<b>45%</b>	<b>53%</b>

Figura 5 - Número de atendimentos eletrônicos: análise comparativa



## 2 – Atividades de cariz tecnológico

### SASDOC

Consciente da importância da partilha da informação e da comunicação, como motores de desenvolvimento e aprendizagem, a área de informática e comunicações implementou, em 2011, a primeira versão do SASdoc.

O SASDOC, é uma plataforma informática de apoio à gestão das atividades desenvolvidas por estes SAS, multifuncional e com objetivos diversificados.

Através do SASDOC, e sempre numa filosofia de partilha, cada área de atividade cria, gere, atualiza e controla os seus conteúdos, envia alertas, gere agendas e tarefas, notícias ou cria áreas partilhadas, numa lógica de equipas eletrónicas.

### **Sistema automático de pré registo de candidatura a bolsa de estudo: o que poupou?**

Outra atividade desenvolvida na área das Tecnologias de Informação e Comunicação foi o desenvolvimento de uma aplicação informática que permitiu o registo automático de cerca de 950 estudantes, candidatos a bolsa de estudo diminuindo, de forma significativa o atendimento presencial (única forma possível, não fosse a aplicação, de fazer aquele pré registo).

A dimensão da redução das atividades é mais representativa pela equação que a seguir se expressa:

10 minutos por atendimento para fazer o pré registo

10 minutos x 949 registos = 9.490 minutos

9.490 minutos : 60 minutos = ao equivalente a 158 horas de trabalho

158 horas de trabalho = ao equivalente a 9 dias úteis

158 horas : 9 dias úteis = ao equivalente a 17,55 horas de trabalho em cada dia para a realização desta tarefa

17,55 horas : 7 horas de trabalho diário = ao equivalente a 3 funcionários em permanência e exclusividade diária a fazer essa tarefa.

# VI.

## Apoios sociais

### diretos: bolsas de estudo e auxílio de emergência

*As bolsas de estudo, (...) são modalidades da ação social a conceder aos estudantes economicamente mais carenciados, visando promover uma efetiva igualdade de oportunidades no sucesso escolar*

Artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 129/93. D.R. n.º 94, Série I-A de 1993-04-22  
Ministério da Educação  
Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

## **VI. Apoios sociais diretos: Bolsas de estudo e auxílios de emergência**

### **1 – Enquadramento normativo**

#### **1.1 - Principais alterações que decorrem da reforma do processo de atribuição de bolsa de estudo**

Até 2009-2010 a atribuição de bolsas de estudo sustentava-se no essencial em dois normativos: o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Público, aprovado pela Tutela, e as Regras Técnicas para aplicação daquele Regulamento, aprovado pelo Conselho de Ação Social do IPP sob proposta dos Serviços de Ação Social desta Instituição.

No ano letivo 2010-2011, por força da aprovação do Decreto-Lei n.º 70/2010 publicado em 16 de Junho, inicia-se a formação de um novo quadro normativo da reforma. Mais tarde surge publicado o novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, público e não público (publicado na forma de Despacho n.º 14474/2010, na 2.ª série do Diário da República) seguido da publicação, a 19 de Outubro, das Normas Técnicas Nacionais para aplicação daquele Regulamento (publicado sobre a forma de Aviso n.º 20906, na 2.ª série do Diário da República).

No ano letivo 2011-2012, surge um novo regulamento que incorpora, num único documento, regulamento e normas técnicas, aprovado por Despacho n.º 12780-B/2011, de 23/09.

#### **1.2 - Análise numa perspetiva das medidas de reforma**

Como até aqui, a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior sustenta-se numa dupla perspetiva: a **perspetiva do desempenho académico** e **perspetiva da economia familiar (à qual se associa a perspetiva social)**.

Analisemos cada uma destas perspetivas para aferir as principais diferenças encontradas entre o sistema substituído, aprovado para 2010-2011 e o que passou a vigorar a partir de 2011-2012.

##### **1.2.1 - A perspetiva do desempenho académico**

Em 2011-2012, a principal alteração a este nível prende-se com o aumento da exigência de aproveitamento escolar do estudante que pretende beneficiar de bolsa de estudo.



De acordo com o modelo revogado (anterior Regulamento) o estudante para poder beneficiar de bolsa de estudo tinha de ter obtido aproveitamento a 50% dos ECTS a que esteve inscrito no último ano letivo, independentemente do n.º de ECTS a que estava inscrito.

Com o novo regulamento, passa a exigir-se como condição mínima a aprovação a, pelo menos, 60% dos ECTS a que o estudante esteve inscrito e se esteve inscrito em regime de tempo integral, ou 36 ECTS se esteve inscrito em regime de tempo parcial (a menos de 60 ECTS).

Excecionalmente, para o ano letivo de 2011-2012, foi mantido o critério fixado para o ano letivo 2010-2011.

### **1.2.2- A perspetiva da economia familiar**

No ano letivo 2010-2011 a verificação da condição de recursos era regulada pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho.

No presente ano letivo é o Regulamento que regula e define as regras para determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação para verificação da condição de carência económica a ter em conta no reconhecimento ou manutenção do direito a bolsa de estudos.

Mantém-se como até aqui a fixação de um limiar de capitação do agregado familiar, a partir do qual se impede a atribuição de bolsa de estudo.

Analisemos as principais diferenças encontradas entre o sistema substituído e o que passou a vigorar a partir de 2011-2012.

#### **1.2.2.1 - O Agregado familiar**

O conceito de base de agregado familiar de estudante não sofre alteração mantendo-se a definição de “agregado familiar doméstico”.

Relativamente à composição do agregado familiar o atual regulamento é mais abrangente, passando-se a considerar como elementos do agregado familiar os parentes e afins até ao 4.º grau (em 2010-2011 apenas integravam o agregado os parentes e afins até ao 3.º grau).

O novo regulamento introduz na definição de agregado familiar o conceito de “agregado familiar unipessoal”, que até então não estava legalmente previsto, admitindo que os estudantes possam ser considerados como únicos constituintes do agregado, desde que reúnam as condições previstas para o efeito.

#### **1.2.2.2 - Rendimentos a considerar**

O critério para apuramento dos rendimentos do agregado familiar mantém-se próximo do critério fiscal e, por regra, são considerados os rendimentos reportados ao ano civil anterior ao ano do requerimento.

As principais modificações introduzidas no cálculo dos rendimentos consistem na contabilização dos valores mobiliários, de forma escalonada consoante o valor do património detido pelo agregado familiar, e na exclusão do valor das bolsas de estudos.

Os rendimentos decorrentes de apoios à habitação deixaram de ser imputados de forma escalonada consoante o ano de atribuição da bolsa. O valor a considerar é fixo e corresponde ao valor máximo em vigor do subsídio de renda, sendo apenas revisto anualmente em função da atualização do IAS.

Os rendimentos de trabalho dependente, pensões e prestações sociais, que no anterior regulamento eram considerados após aplicação do coeficiente de 0,85, passaram a ser considerados pelo seu valor bruto ou a 100%.

### **1.2.2.3 - Capitação do rendimento do agregado familiar**

No anterior modelo, o apuramento da capitação de rendimentos era efetuada com base numa escala de equivalência que convertia um número real (absoluto) de elementos de um agregado familiar num número ponderado, determinado pela idade dos seus elementos.

No apuramento da capitação dos rendimentos passou a considerar-se o número real de pessoas que constituem o agregado familiar em detrimento do número ponderado.

### **1.2.2.4 - O cálculo da bolsa de estudo**

Merecem especial referência a criação de cálculos específicos de bolsa de estudo de acordo com a dimensão do agregado familiar, beneficiando com esta medida os agregados familiares menos numerosos (unipessoais e constituído por 2 elementos, incluindo o estudante).

Em 2010-2011 foi revogada a regra de atribuição do complemento de bolsa para transportes para os estudantes bolseiros não deslocados, mantendo-se apenas para estudantes com necessidades educativas especiais e em situações de frequência de estágio não remunerado, integrado no plano de estudos.

O presente regulamento extingue o benefício anual de transporte por motivos de realização de estágio.

Relativamente ao benefício anual de transporte para os estudantes deslocados residentes nas regiões autónomas, em 2011-2012 passa a fixar-se um limite máximo do valor a atribuir.

## **2 – A aplicação do modelo**

Por determinação tutelar, já ocorrida no ano de 2010, os SAS das instituições de ensino superior público que ainda não tinham aderido à plataforma de apoio à atribuição de bolsas de estudo, designado de SICABE - Suporte Informático ao Concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior, teriam de o fazer para suporte do processo de 2011-2012.

Nesse âmbito, estes SAS aderiram àquela plataforma, cuja gestão é da responsabilidade da DGES – Direção Geral do Ensino Superior, passando a ser a partir do atual ano letivo a única plataforma de suporte àquele processo.

Não obstante a avaliação positiva que, na generalidade, fazemos daquele sistema a publicação tardia do regulamento aplicável ao presente ano letivo, a que se seguiu a necessária espera que o sistema informático a ele se adaptasse enquanto decorriam as candidaturas, trouxe naturais períodos de constrangimento, quer pela necessária adaptação dos colaboradores e estudantes a essa nova ferramenta de trabalho, quer pelo atraso inicial gerado na análise das candidaturas.

### 3 - Apoios sociais diretos: resultados

Na tabela seguinte pode observar-se a evolução, ao longo dos últimos anos letivos, do número de estudantes inscritos no IPP, do número de candidatos a benefícios sociais, de bolseiros e da bolsa média.

Tabela 5 – Dados evolutivos: 2004-2005 a 2011-2012

anos letivos	N.º de estudantes	N.º de candidatos	N.º de bolseiros	Encargos anuais com bolsas	Bolsa média anual	N.º candidatos/ n.º estudantes	N.º bolseiros/ n.º candidatos	variação % dos candidatos em cada ano, face a ano anterior
2004-2005	15 395	3 150	2 264	1.428.909,91 €	631,14 €	20%	72%	
2005-2006	15 044	3 147	2 264	1.770.646,69 €	782,09 €	21%	72%	-0,10%
2006-2007	14 988	3 517	2 566	2.884.161,32 €	1.123,99 €	23%	73%	11,76%
2007-2008	15 188	4 086	3 480	6.837.659,80 €	1.964,84 €	27%	85%	16,18%
2008-2009	14 591	5 201	3 699	5.583.566,10 €	1.509,48 €	36%	71%	27,29%
2009-2010	15 896	6 210	4 373	8.161.791,20 €	1.866,41 €	39%	70%	19,40%
2010-2011	17 121	6 043	3 894	6.560.230,55 €	1.684,70 €	35%	64%	-2,69%
2011-2012	17 883	6 041	2 972	4.990.386,00 €	1.679,13 €	34%	49%	-0,03%

(\*) Dados provisórios, referenciados à data de 27-03-2012. Os encargos são os que nessa data se projetam.

Do total de estudantes do IPP, candidataram-se a apoio social direto (grosso modo, a bolsa de estudo) 34% no presente ano letivo (2011-12), menos 1% do que no ano letivo anterior.

No que respeita ao número de candidatos, aos quais foi reconhecida bolsa de estudo, fixam-se nos 49% este ano letivo, dados ainda provisórios porque à data do seu apuramento ainda estava por concluir o processo de análise das reclamações apresentadas.

Comparativamente ao ano anterior, ano em que 64% dos candidatos receberam bolsa de estudo, aquela percentagem teve um decréscimo de 15%.

Este decréscimo é, em grande medida explicado, por um número de estudantes que recebeu bolsa de estudo em 2010-11 (cerca de 17%) ao abrigo do designado “regime transitório” (regime que assegurou aos bolseiros em 2009-10, candidatos em 2010-11, que face às novas regras de atribuição de bolsa de estudo eram inelegíveis, um valor de bolsa mínima).

No que respeita à bolsa média anual, estima-se que a encontrada para o atual ano letivo sofra um decréscimo de cerca de € 5,57/ano, face ao valor da bolsa média anual verificada no ano letivo anterior.

Nos gráficos seguintes, apresentam-se os dados mais relevantes da tabela anteriormente apresentada.

Figura 6 – Evolução do número de candidatos a bolsa de estudo

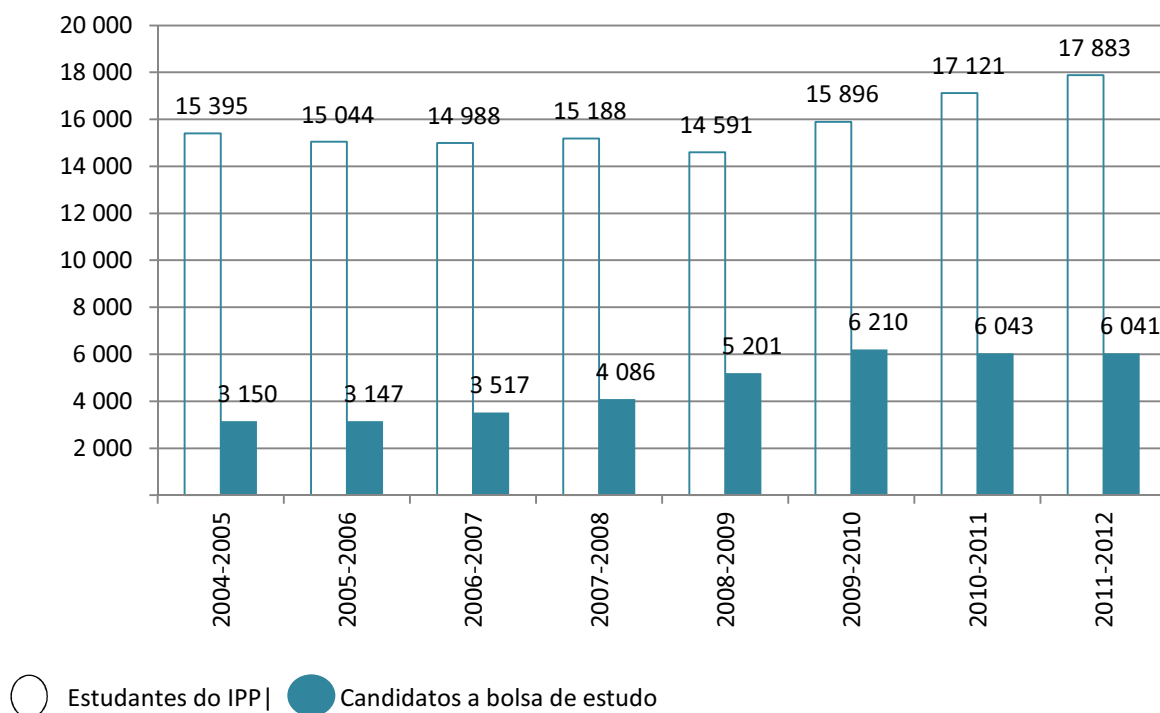


Figura 7 - % de candidatos que são bolseiros

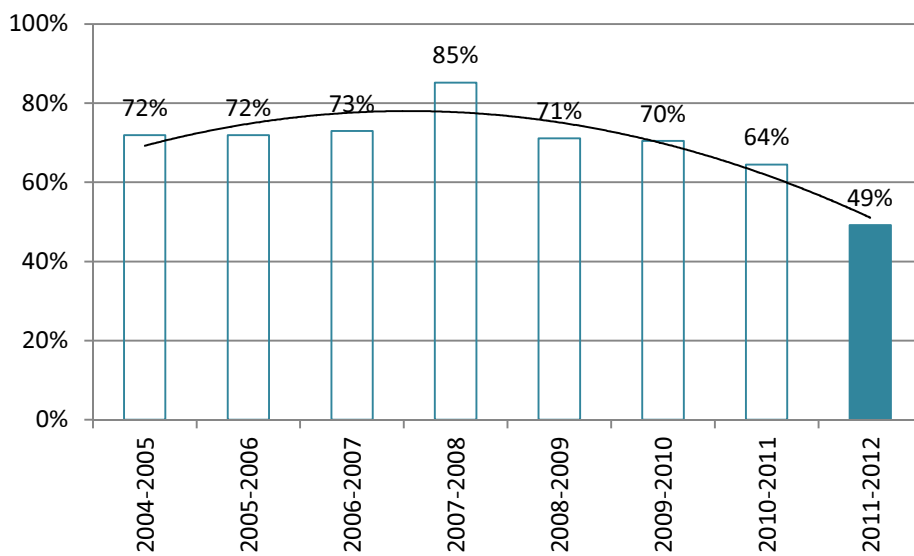


Figura 8 – % dos estudantes do IPP que apresentam candidatura a bolsa de estudo

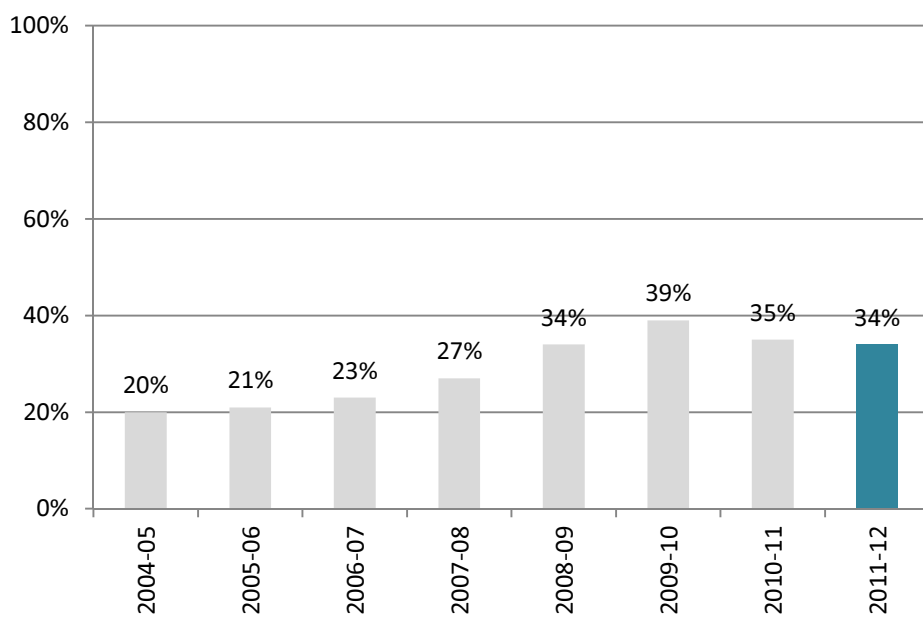


Figura 9 – variação % dos candidatos em cada ano, face a ano anterior

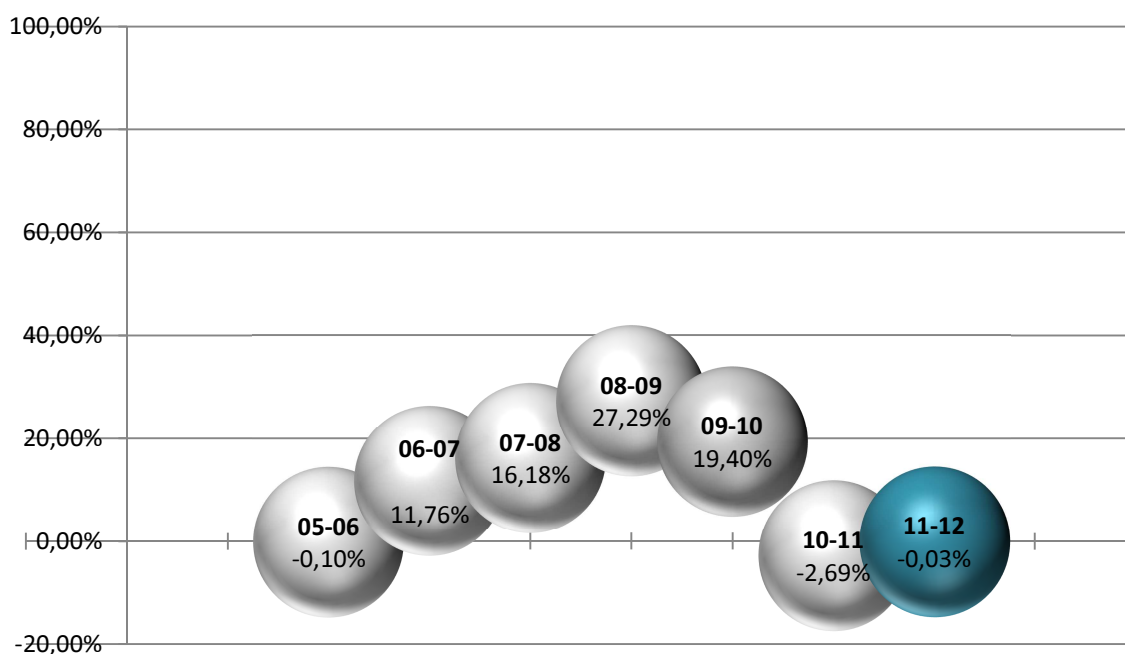


Figura 10 – Bolsa média anual (análise comparativa)

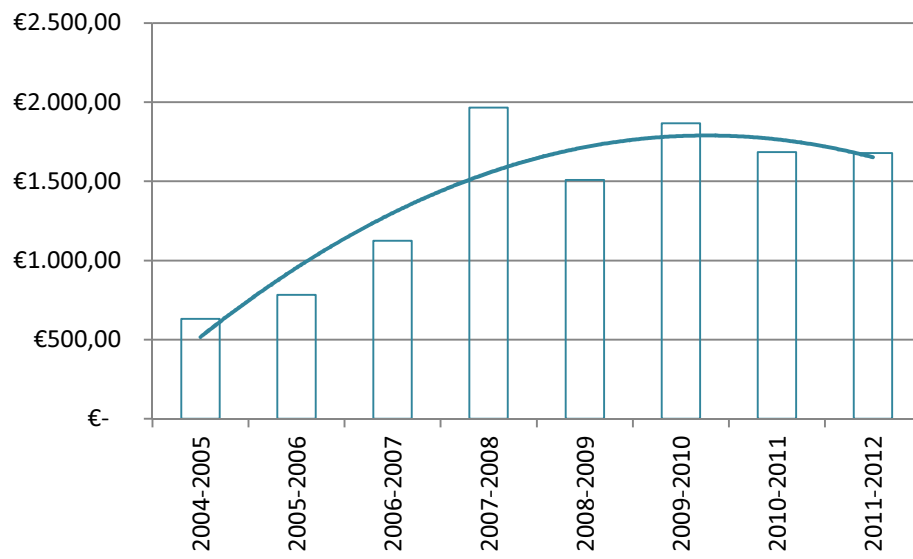




Tabela 6 – Dados evolutivos por escola: 2007-2008 a 2011-2012

ano	ESE					ESMAE					ESEIG					ESTGF					ESTSP					ISCAP					ISEP					IPP				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
2007-08	1447	607	541	42%	89%	589	103	84	17%	82%	1212	425	380	35%	89%	776	331	293	43%	89%	1769	734	668	41%	91%	3607	939	768	26%	82%	5788	957	746	17%	78%	15188	4096	3480	27%	85%
2008-09	1340	737	558	55%	76%	561	128	77	23%	60%	1065	437	319	41%	73%	882	494	352	56%	71%	1827	907	708	50%	78%	3297	1172	774	36%	66%	5619	1326	911	24%	69%	14591	5201	3699	36%	71%
2009-10	1652	814	634	49%	78%	551	184	113	33%	61%	1113	526	376	47%	71%	1117	681	450	61%	66%	2055	1088	903	53%	83%	3349	1329	806	40%	61%	6059	1582	1020	26%	64%	15896	6204	4302	39%	69%
2010-11	1631	791	574	48%	73%	729	179	120	25%	67%	1204	533	358	44%	67%	1333	659	394	49%	60%	2004	1052	816	52%	78%	3680	1294	754	35%	58%	6540	1535	878	23%	57%	17121	6043	3894	35%	64%
2011-12	1756	848	473	48%	56%	772	167	90	22%	54%	1362	551	273	40%	50%	1361	623	286	46%	46%	2113	1099	668	52%	61%	3699	1223	491	33%	40%	6820	1530	691	22%	45%	17883	6041	2972	34%	49%

1- N.º estudantes    2- N.º candidatos    3 - N.º bolseiros    4 - % estudantes que se candidatam    5 - % de candidatos que obtêm bolsa

A tendência de decréscimo das candidaturas verificado ao nível desagregado de cada escola converge com a encontrada para o IPP no seu todo. Apenas contraria esta tendência a ESE – Escola Superior de Educação e a ESTSP – Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto, que apresentam para o presente ano letivo (2011-12), em termos percentuais e para aquela variável, a mesma percentagem de alunos que se candidatam a bolsa de estudo que a encontrada no ano letivo anterior (2010-11).

Nas demais escolas, o decréscimo de candidaturas situa-se entre os 1% e os 4%.

Do total de estudantes do IPP, candidataram-se a apoio social direto (grosso modo, a bolsa de estudo) 34% no presente ano letivo (2011-12), menos 1% do que no ano letivo anterior.

No que respeita ao número de candidatos, aos quais foi reconhecida bolsa de estudo, a tendência de decréscimo é encontrada em todas as escolas do IPP, sem exceção. A este nível, o decréscimo de bolseiros situou-se entre os 12% e os 17%.

Este decréscimo é, em grande medida explicado, por um número de estudantes que recebeu bolsa de estudo em 2010-11 (cerca de 17%) ao abrigo do designado “regime transitório” (regime que assegurou aos bolseiros em 2009-10, candidatos em 2010-11, que face às novas regras de atribuição de bolsa de estudo eram inelegíveis, um valor de bolsa mínima).

Nos gráficos seguintes, apresentam-se os dados mais relevantes da tabela anteriormente apresentada.

Tabela 7 - IPP (por escola) - Análise evolutiva da % estudantes que se candidatam a bolsa de estudo

	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12
ESE	42%	55%	49%	48%	48%
ESMAE	17%	23%	33%	25%	22%
ESEIG	35%	41%	47%	44%	40%
ESTGF	43%	56%	61%	49%	46%
ESTSP	41%	50%	53%	52%	52%
ISCAP	26%	36%	40%	35%	33%
ISEP	17%	24%	26%	23%	22%

Figura 11 - IPP (por escola) - Análise evolutiva da % estudantes que se candidatam a bolsa de estudo

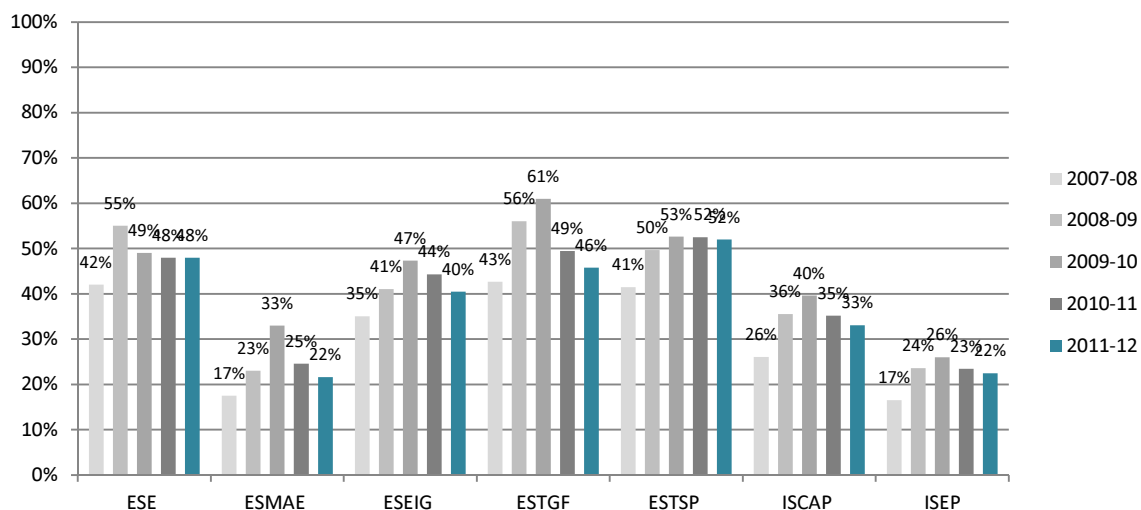
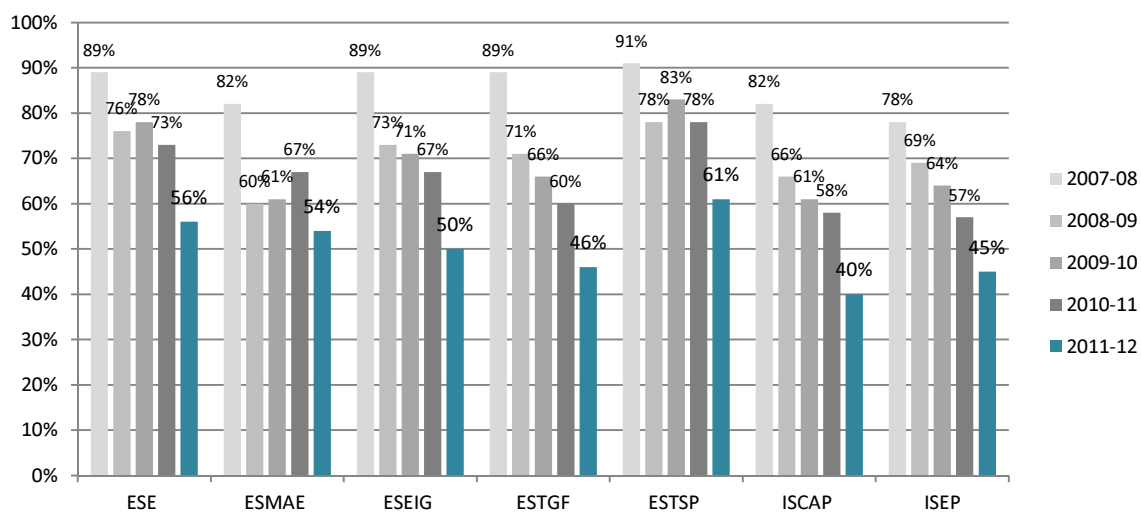


Tabela 8 - IPP (por escola) - Análise evolutiva da % de candidatos que são bolseiros

	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12
ESE	89%	76%	78%	73%	56%
ESMAE	82%	60%	61%	67%	54%
ESEIG	89%	73%	71%	67%	50%
ESTGF	89%	71%	66%	60%	46%
ESTSP	91%	78%	83%	78%	61%
ISCAP	82%	66%	61%	58%	40%
ISEP	78%	69%	64%	57%	45%

Figura 12 - IPP (por escola) - Análise evolutiva da % de candidatos que são bolseiros



As tabelas seguintes apresentam alguns dados estatísticos relativamente aos resultados atingidos no processo de candidaturas do corrente ano letivo, que se reportam à data de 27-03-2012, e que ainda não são definitivos.

Naquela data não são definitivos porque ainda está por concluir a análise das oposições, apresentadas em sede de audiência dos interessados, das reclamações e dos recursos hierárquicos e a aplicação do recém publicado Despacho n.º 4913/2012, de 10/04, do Secretário de Estado do Ensino Superior, que cria a possibilidade de os estudantes que viram a sua candidatura a bolsa de estudo ser indeferida por motivo de dívidas contributivas ou prestacionais, poderem apresentar novo requerimento de atribuição de bolsa de estudo e desse apoio beneficiar se fizerem prova que reúnem os requisitos previstos nesse despacho, nomeadamente:

<b>Dívidas tributárias</b> (às Finanças)	Documento de prova	<b>Dívidas contributivas</b> (à Segurança Social)	Documento de prova
Situações de dívida cujo pagamento em prestações tenha sido autorizado ...	Certidão emitida pelas Finanças, onde conste a data início do pagamento em prestações	Situações de dívida cujo pagamento em prestações tenha sido autorizado ...	Declaração emitida pela Segurança Social, onde conste a data início do pagamento em prestações
Situações em que o elemento do agregado familiar com dívidas tenha reclamado, recorrido ou impugnado judicialmente aquelas dívidas	Prova adequada	Situações em que o elemento do agregado familiar com dívida tenha reclamado, recorrido, deduzido oposição ou impugnado judicialmente a dívida	Prova adequada
Por inexistência de dívidas à Fazenda Nacional de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros	Certidão das Finanças, comprovativa da inexistência de dívidas e a data em que a dívida se deu por regularizada	Por inexistência de dívidas de contribuições, quotizações, juros de mora e de outros valores do contribuinte	Certidão da Segurança Social, comprovativa da inexistência de dívida e a data em que a dívida se deu por regularizada

Dados estatísticos do processo de candidaturas 2011-2012 (reportam-se a 27-03-2012)

Distribuição do candidatos por fases de candidatura	n.º	%
Renovação de bolsa de estudo	2948	49,8%
Alunos de 1º ano - Fases de candidatura de acesso ao ensino superior	1811	30,6%
Despacho nº 12897-A/2011 e Despacho nº 13218-A/2011	1163	19,6%
(*) total:	<b>5922</b>	<b>100,0%</b>
Outras candidaturas recebidas mas entretanto transferidas para outras instituições	119	
(inclui candidaturas transferidas) total:	<b>6041</b>	

Estado da decisão	n.º	%
F - ANÁLISE CONCLUÍDA (A + B + D + E)	6041	100,0%
G - Decididos (A + B)	6019	99,6%

Distribuição dos bolseiros por bolsa atribuída (bolsa mínima e bolsa superior à mínima)	n.º	%
H - Bolseiros com bolsa mínima (n.º de A) *	1163	39,1%
I - Bolseiros com bolsa > mínima (n.º de A)	1809	60,9%
total:	<b>2972</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Bolsa mínima = à propina anual paga por um estudante que frequenta o 1.º ciclo estudos, no IPP

Motivo de Indeferimento		%
J - Agregado familiar com nível de rendimentos superior ao limiar de carência (n.º de B)	709	23,3%
K - Património mobiliário superior a 240xIAS (n.º de B)	46	1,5%
L - Agregado familiar cujos rendimentos não sejam perceptíveis (n.º de B)	33	1,1%
(J) Sub total (nível económico AF):	<b>788</b>	<b>25,9%</b>
M - Membros do agregado familiar sem a situação contributiva regularizada (n.º de B)	435	14,3%
N - Membros do agregado familiar sem a situação tributária e contributiva regularizada (n.º de B)	67	2,2%
O - Membros do agregado familiar sem a situação tributária regularizada (n.º de B)	50	1,6%
(K) Sub total (dívidas contributivas ou tributárias)	<b>552</b>	<b>18,1%</b>
P - Conclusão do curso fora do período máximo admitido (n.º de B)	87	2,9%
Q - Sem aproveitamento escolar no ano lectivo 2010/2011 ou no último ano inscrito (n.º de B)	591	19,4%
R - Estudante inscrito a menos de 30 ECTS (n.º de B)	46	1,5%
S - Não matriculado (n.º de B)	149	4,9%
T - Frequência de curso que confere grau académico igual ao que já detém (n.º de B)	11	0,4%
(L) Sub total (Aproveitamento escolar)	<b>884</b>	<b>29,0%</b>
U - Não preenchimento das condições de elegibilidade, nomeadamente nacionalidade (n.º de B)	5	0,2%
V - Instrução incompleta (n.º de B)	687	22,5%
X - Desistência do Processo (n.º de B)	12	0,4%
Z - Transferência para outra instituição (n.º de B)	119	3,9%
(M) Sub total (outros motivos)	<b>823</b>	<b>27,0%</b>
(J+K+L+M) Total:	<b>3047</b>	<b>100,0%</b>

Motivo (ordenado por grupo/ maior percentagem)	%
L -Sem aproveitamento escolar (aproveitamento e condição académica)	29,0%
J - Por nível económico e patrimonial superior ao elegível ou não esclarecido	25,9%
M -Outros motivos (sem Z - transferências)	23,1%
K -Dívidas tributárias e/ou contributivas	18,1%
Z - Transferência para outra instituição (n.º de B)	3,9%
	<b>100,0%</b>

Outros dados	%	
Oposições em sede de audiência prévia (n.º de G)	921	15,3%
Reclamações (n.º de G)	542	9,0%
total (outros dados)	<b>1463</b>	<b>24,3%</b>
<hr/>		
Oposições em sede de audiência prévia por analisar (n.º de AA)	29	3,1%
Reclamações por analisar (n.º de AA)	263	48,5%
total (outros dados)	<b>292</b>	<b>51,7%</b>



# VII.

# Alimentação e nutrição

*A ação social no ensino superior compreende, designadamente o  
acesso à alimentação em cantinas e bares*

Artigo 4.º, n.º 2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 129/93. D.R. n.º 94, Série I-A de 1993-04-22  
Ministério da Educação  
Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

## VII. Alimentação e nutrição

### 1 – Enquadramento

A área da Alimentação presta apoio à população estudantil do IPP nos seus diversos polos, nomeadamente através de sete unidades alimentares localizadas no Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde/Póvoa e Felgueiras.

Durante o ano 2011 estiveram em funcionamento as seguintes unidades alimentares:

- Cantina e snack-bar do Instituto Superior de Engenharia (ISEP), no Porto;
- Cantina da Escola Superior de Educação (ESE), no Porto;
- Cantina e snack-bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP), em Matosinhos;
- Cantina e snack-bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE), no Porto;
- Cantina e snack-bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG), em Vila do Conde;
- Cantina e snack-bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGF), em Felgueiras;
- Cafeteria da Escola Superior de Tecnologias de Saúde (ESTSP), em Vila Nova de Gaia.

Esta área tem como princípio fundamental o serviço de refeições subsidiadas nas cantinas complementadas por um serviço de snack-bar ou cafeteria. Na ESTSP ainda não existe uma cantina, pelo que não é possível a oferta do serviço de refeições convencional (subsidiadas).

A área da Alimentação dos SAS.IPP pretende proporcionar serviços que vão de encontro aos padrões alimentares normalmente aceites para as faixas etárias abrangidas, sem deixar de corresponder às expectativas e satisfação dos seus utentes, apesar da política de preços mais baixa dificultar esse objetivo. Toda a atividade assenta na melhoria contínua de qualidade dos serviços e das refeições, objeto de auditorias externas.

No Pólo de Vila Nova de Gaia, na Escola Superior de Tecnologias de Saúde, só existe uma cafeteria para servir os seus utentes, dado que o projeto só prevê a construção de uma

cantina numa segunda fase. Na sua falta, procurou-se alargar a oferta alimentar para o conceito de snack-bar, de modo a minimizar as necessidades da população escolar desta Escola.

## **2 – Modelo de gestão**

As sete unidades alimentares funcionaram durante o ano de 2011 sob dois modelos distintos de gestão:

- De janeiro a julho de 2011, vigorou um contrato misto de prestação de serviços para fornecimento de refeições e de exploração dos bares, com três empresas diferentes, na sequência de concurso público realizado em 2008.

Nesta modalidade de gestão, por um lado, os SAS.IPP pagaram aos adjudicatários, em função do número de refeições servidas em cada unidade alimentar e do preço de refeição contratado e, por outro lado, os adjudicatários pagavam mensalmente uma contrapartida financeira pela exploração dos snack-bares. Por outro lado, os SAS.IPP cobravam aos utentes o preço da refeição social deliberado pelos órgãos próprios do IPP, ficando a seu encargo a diferença entre o preço cobrado e os montantes pagos ao estudante.

- De setembro a dezembro, a gestão das unidades alimentares passou ao regime de concessão de serviço público, passando os concessionários a explorar diretamente as unidades alimentares (cantinas e snack-bares), sob a condição de venda das refeições nas cantinas aos preços sociais acordados (código de exploração), pagando mensalmente aos SAS.IPP uma contrapartida financeira pela exploração daquelas unidades.

Estes últimos contratos vigoraram apenas durante aquele período (quatro meses), período durante o qual decorreu o concurso público com o mesmo fim – concessão de serviço público – tendo dado lugar, a partir de 01/01/2012, na sequência daquele concurso e por deliberação do Conselho de Gestão e parecer favorável do Conselho de Ação Social (CAS), à adjudicação da concessão da exploração de todas as unidades alimentares do IPP, a um único concessionário.

### **3 – Garantia do preço de refeição social no âmbito do novo modelo de gestão**

A alteração do modelo não prejudicou a garantia da venda de refeições a preços sociais aos estudantes do IPP, porquanto, quer na fase transitória de concessão, que decorreu durante o final do ano de 2011, quer na fase da contratação decorrente do concurso público, foram/ são garantidos preços de refeições sociais abaixo do limiar fixado para cada um dos anos, nos termos do n.º1, do Despacho n.º 22434/2002, 2ª série, de 18/10.

De facto e não obstante o limiar máximo possível se fixar nos 2,40€ por refeição social no ano de 2011, naquele ano foram garantidos os seguintes preços:

- De janeiro a julho, 2,20€ por refeição;
- De setembro a dezembro, 2,25€ por refeição.

Igual orientação foi mantida para o atual ano, por contrato de concessão celebrado no âmbito do concurso público foram garantidas as seguintes condições de preço social, determinado de acordo com uma atualização gradual, modelo aprovado pelo Conselho de Gestão e validado pelo CAS e que consta do Código de Exploração integrante do caderno de encargos do respetivo concurso público.

- 2,30€ - janeiro a julho de 2012.
- 2,35€ - setembro de 2012 a julho de 2013.
- 2,40€ - setembro de 2013 a julho de 2014.

### **4 – Vantagens da alteração do modelo de gestão das unidades alimentares**

A análise dos resultados atingidos no último quadrimestre do ano, primeiro período da implementação do modelo de concessão de serviço público, permite concluir que as alterações do modelo resultaram nas seguintes vantagens económicas e de qualidade que a seguir se expressam:

- A atualização favorável aos SAS.IPP dos preços das refeições em regime de concessão, beneficiando da evolução do mercado.

- A atualização, também, do valor das rendas pagas pela exploração dos bares / snacks, cujos ganhos se referem a seguir.
- A imputação aos concessionários dos encargos com instalações suportadas pelos SAS.IPP, nomeadamente energia elétrica, gás, água, controlo de pragas, manutenções de equipamentos.
- A melhoria das condições higio sanitárias do serviço prestado e da qualidade alimentar, quer pela exigência de certificação de qualidade às empresas candidatas ao concurso público, quer pelas exigências de carácter nutricional e de controlo de qualidade incluídas no caderno de encargos.
- Deixarem os SAS de ter a seu encargo quer quaisquer pagamentos aos concessionários, quer toda a logística associada à cobrança do preço da refeição aos estudantes e demais utentes, cujos encargos são significativos e que a seguir se enumera:
  - a) Custos com o funcionamento das 9 (nove) máquinas de pagamento automático e emissão de senhas localizadas nas 7 unidades alimentares (contrato de manutenção, linha ADSL, contrato com a SIBS, etc...);
  - b) Operações de fecho das máquinas e recolha dos valores, transporte, contagem física, elaboração de guias de receita, depósitos bancários, etc, etc...
  - c) Controle de pagamentos, envolvendo a contagem física mensal de todas as senhas (em papel) apresentadas pelos concessionários com as respetivas faturas;
  - d) Deslocação sistemática de dois colaboradores às sete unidades alimentares, sendo que se situam geograficamente dispersas (Porto, Matosinhos, Gaia, Vila do Conde e Felgueiras), quer para as tarefas referidas na alínea b), quer para operações de carregamento de papel e resolução de avarias (cartões, moedas, notas encravadas, etc, etc...), envolvendo não só os custos do pessoal (dois funcionários em tempo inteiro), gastos de combustível, etc;
  - e) E – o maior ganho – acabar com a insatisfação dos utentes com as avarias sistemáticas das máquinas (eram centenas os e-mails recebidos dos utentes, sempre que uma máquina ficava inoperacional e impedia a aquisição da senha de refeição no tempo certo).

## 5 – Análise financeira: preços e contrapartidas pela exploração das unidades alimentares

Os preços unitários das refeições praticados de janeiro a julho de 2011 (em vigor desde 2009), que a seguir se indicam, representam uma significativa redução de custos comparativamente com os preços unitários praticados no ano 2008.

Tabela 9 - Preços unitários de refeições 2008-2011 (janeiro a julho)

Unidade Alimentar	Preço unitário em 2008	Preço unitário em 2011	Diferença
ESE	2,90 €	2,60 €	-10%
ESEIG	3,29 €	2,57 €	-22%
ESMAE	3,84 €	3,10 €	-19%
ESTGF	3,50 €	3,00 €	-14%
ISCAP	2,59 €	2,70 €	4%
ISEP	2,60 €	2,30 €	-11%

Valores sem IVA

Tendo em consideração o número total de refeições servidas durante o ano 2011, e em relação aos preços praticados em 2008, os contratos celebrados na sequência do concurso público e celebrados em 2011 permitiram uma redução significativa de despesa (custo da refeição), a que acresce a diminuição dos encargos que passam a ser suportados diretamente pelo concessionário.

Tabela 10 - Avaliação do impacto da variação dos preços das refeições entre 2008 e 2011 (janeiro a julho)

Unidade Alimentar	Refeições Servidas de jan a jul de 2011	2008		2011		Diferença
		Preço unitário	Total	Preço unitário	Total	2011-2008
ESE	15.544	2,90 €	45.105,36 €	2,60 €	40.414,40 €	- 4.690,96 €
ESEIG	15.425	3,29 €	50.682,14 €	2,57 €	39.642,25 €	- 11.039,89 €
ESMAE	9.890	3,84 €	37.970,54 €	3,10 €	30.659,00 €	- 7.311,54 €
ESTGF	9.529	3,50 €	33.351,50 €	3,00 €	28.587,00 €	- 4.764,50 €
ISCAP	12.465	2,59 €	32.275,45 €	2,70 €	33.655,50 €	1.380,05 €
ISEP	47.462	2,60 €	123.316,45 €	2,30 €	109.162,60 €	- 14.153,85 €
ESTSP	Não aplicável	-	- €	-	- €	- €
<b>Total</b>	<b>110315</b>		<b>322.701,43 €</b>		<b>282.120,75 €</b>	<b>- 40.580,68 €</b>

Em relação à exploração dos bares, do concurso público resultaram as contrapartidas mensais indicadas no mapa seguinte, as quais representam um aumento de receita comparativamente com os preços de exploração respeitante ao ano 2008.

Tabela 11 - Contrapartida financeira pela exploração dos bares

Unidade Alimentar	2008 Mensalidade	2011 Mensalidade b)	Diferença 2011/2008
ESE	- €	- €	-
ESEIG	690,00 €	1.000,00 €	45%
ESMAE	- €	620,00 €	a)
ESTGF	150,00 €	550,00 €	267%
ISCAP	623,00 €	1.050,00 €	69%
ISEP	1.500,00 €	3.500,00 €	133%
ESTSP	1.779,36 €	2.200,00 €	24%

Valores sem IVA

a) Em 2008 a renda era paga à ESMAE

b) De janeiro a julho de 2011

O aumento efetivo de receita entre 2008 e 2011 é o que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 12 - Comparação da receita efetiva resultante da exploração dos bares entre 2008 e 2011

Bares	2008			2011			Acréscimo de 2011 para 2008
	Valor Mensal	Meses / ano	Total	Valor Mensal	Meses / ano	Total	
ISEP	1.500,00 €	11	16.500,00 €	3.500,00 € 1.000,00 €	7 4	28.500,00 €	12.000,00 €
ISCAP	623,00 €	11	6.853,00 €	1.050,00 € 1.000,00 €	7 4	11.350,00 €	4.497,00 €
ESTGF	150,00 €	11	1.650,00 €	550,00 € 1.000,00 €	7 4	7.850,00 €	6.200,00 €
ESMAE	783,84 €	2	1.567,68 €	620,00 € 1.000,00 €	7 4	8.340,00 €	6.772,32 €
ESTSP	1.779,36 €	3	5.338,08 €	2.200,00 €	11	24.200,00 €	18.861,92 €
ESEIG	690,00 €	10	6.900,00 €	1.000,00 € 450,00 €	7 4	8.800,00 €	1.900,00 €
<b>Total</b>			<b>38.808,76 €</b>			<b>89.040,00 €</b>	<b>50.231,24 €</b>

Valores sem IVA

## 6 – Análise financeira: Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das unidades alimentares do tipo cantinas

ESE	2008	2009	2010	2011
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	16.587,43€	21.344,70€	22.578,14€	25.081,80€
Correntes (outras)	129.588,87€	119.678,74€	106.108,80€	55.091,80€
Capital	10.554,57€	3.335,29€	10.848,10€	91.860,88€
<b>Total</b>	<b>156.730,88€</b>	<b>144.358,72€</b>	<b>139.535,04€</b>	<b>172.034,48€</b>
<b>Receita</b>	<b>52.581,04€</b>	<b>71.325,88€</b>	<b>88.269,91€</b>	<b>48.418,52€</b>

ESEIG	2008	2009	2010	2011
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	4.407,79€	7.125,89€	8.414,85€	10.201,36€
Correntes (outras)	146.231,98€	105.395,22€	90.851,74€	52.469,75€
Capital	16.169,73€	8.073,16€	11.323,68€	4.973,04€
<b>Total</b>	<b>166.809,50€</b>	<b>120.594,27€</b>	<b>110.590,27€</b>	<b>67.644,15€</b>
<b>Receita</b>	<b>59.903,94€</b>	<b>68.943,60€</b>	<b>77.420,31€</b>	<b>45.974,70€</b>



<b>ESMAE</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	2.981,85€	3.635,86€	4.407,22€	5.381,92€
Correntes (outras)	83.340,99€	71.025,33€	56.620,15€	37.065,53€
Capital	12.016,05€	45.051,64€	7.471,16€	1.808,07€
<b>Total</b>	<b>98.338,90€</b>	<b>119.712,83€</b>	<b>68.498,53€</b>	<b>44.255,52€</b>
<b>Receita</b>	<b>37.418,39€</b>	<b>39.412,95€</b>	<b>45.792,20€</b>	<b>31.966,17€</b>

<b>ISCAP</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	4.828,24€	7.027,82€	7.738,69€	9.186,80€
Correntes (outras)	112.069,44€	118.769,76€	79.909,04€	45.021,26€
Capital	13.962,57€	6.198,70€	11.658,77€	2.781,06€
<b>Total</b>	<b>130.860,25€</b>	<b>131.996,29€</b>	<b>99.306,50€</b>	<b>56.989,12€</b>
<b>Receita</b>	<b>64.931,72€</b>	<b>68.176,91€</b>	<b>67.515,35€</b>	<b>39.666,25€</b>

<b>ISEP</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	19.987,36€	24.643,51€	29.423,27€	35.780,98€
Correntes (outras)	403.504,95€	295.866,54€	286.880,98€	134.260,00€
Capital	4.900,22€	- €	116.191,45€	70.586,33€
<b>Total</b>	<b>428.392,54€</b>	<b>320.510,05€</b>	<b>432.495,70€</b>	<b>240.627,31€</b>
<b>Receita</b>	<b>256.840,40€</b>	<b>238.571,02€</b>	<b>282.042,26€</b>	<b>144.861,66€</b>

<b>ESTGF</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	3.227,62€	4.448,80€	5.218,12€	6.313,43€
Correntes (outras)	81.518,89€	76.101,26€	65.859,49€	34.465,19€
Capital	145.164,71€	14.460,85€	5.701,02€	648,18 €
<b>Total</b>	<b>229.911,22€</b>	<b>95.010,91€</b>	<b>76.778,63€</b>	<b>41.426,80€</b>
<b>Receita</b>	<b>40.449,52€</b>	<b>52.601,68€</b>	<b>48.903,00€</b>	<b>27.833,68€</b>

<b>ESTSP</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>				
Correntes (pessoal)	828,01 €	757,09 €	917,51 €	823,22 €
Correntes (outras)	47.192,92€	2.875,18€	821,55 €	437,08 €
Capital	76.225,58€	15.425,27€	4.971,62€	2.606,57€
<b>Total</b>	<b>124.246,51€</b>	<b>19.057,54€</b>	<b>6.710,68€</b>	<b>3.866,87€</b>
<b>Receita</b>	<b>5.338,09€</b>	<b>28.000,00€</b>	<b>20.957,27€</b>	<b>- €</b>

Nota: Os valores indicados implicaram a reafecção de despesas gerais, podendo introduzir alguns desajustamentos, absorvidos globalmente. Por outro lado, os valores refletem controlo de gestão não coincidente com a ótica orçamental (caixa), pois os registos por centros de custos obedecem à ótica patrimonial.

Figura 13 – Comparação da decomposição da despesa referente às unidades alimentares – entre os anos 2007 e 2011

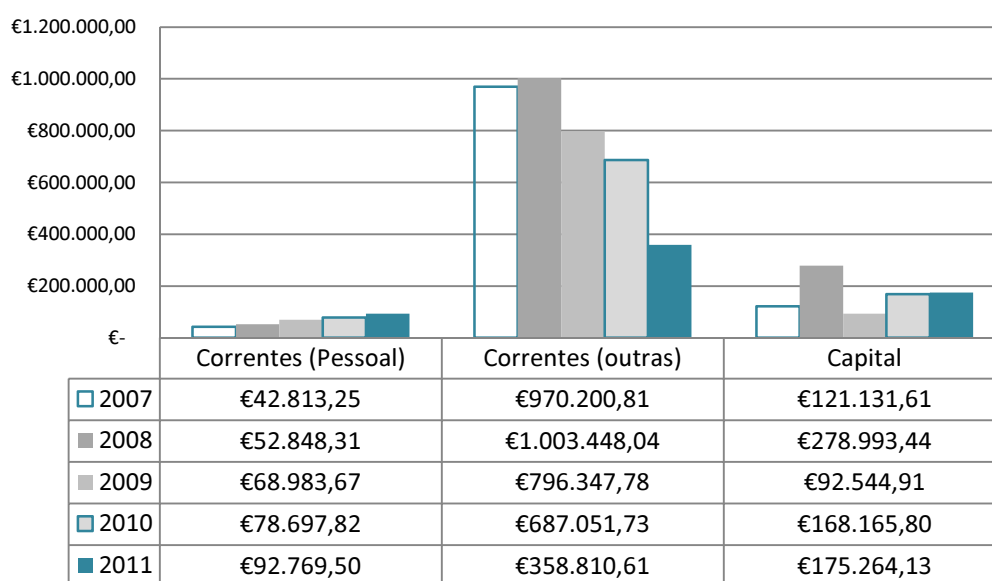


Tabela 13 – Evolução das receitas e despesas das unidades alimentares entre 2007 e 2011

Anos	2007	2008	2009	2010	2011
Receita (total)	493.911,24 €	517.463,11 €	561.865,02 €	630.900,30 €	338.720,98 €
Despesa corrente (total)	1.013.014,06 €	1.056.296,35 €	865.331,45 €	765.749,55 €	451.580,11 €
Despesa (TOTAL)	1.134.145,67 €	1.335.289,79 €	957.876,36 €	933.915,35 €	626.844,24 €
Taxa de cobertura (s/ despesa corrente)	49%	49%	65%	82%	75%
Taxa de cobertura (s/ Despesa total)	44%	39%	59%	68%	54%

## 7 – Capacidade instalada

Unidade alimentar	Número de lugares sentados
Cantina da Escola Superior de Educação (ESE)	204
Cantina da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG)	168
Cantina e snack bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE)	92
Cantina e snack-bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGF)	90
Cafetaria da Escola Superior de Tecnologias de Saúde (ESTSP)	122
Cantina do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP)	230
Snack bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP)	36
Cantina do Instituto Superior de Engenharia (ISEP)	400
Snack-bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG)	168

## 8 – Regime de funcionamento

Unidade alimentar	Regime de funcionamento
Cantina da Escola Superior de Educação (ESE)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços
Cantina da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços
Cantina e snack bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços
Cantina e snack-bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGF)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços e jantares
Cafetaria da Escola Superior de Tecnologias de Saúde (ESTSP)	2.ª a 6.ª feira, com refeições ligeiras
Cantina do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços e jantares
Snack bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP)	2.ª a 6.ª feira, com refeições ligeiras
Cantina do Instituto Superior de Engenharia (ISEP)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços e jantares
Snack-bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG)	2.ª a 6.ª feira, com refeições ligeiras

## 9 – Número de refeições servidas

### 9.1 – Análise evolutiva, agregada, das refeições anuais servidas nas unidades alimentares do tipo cantina

A tabela e figura seguintes pretendem demonstrar a evolução anual do número de refeições servidas nas unidades alimentares do IPP, do tipo cantina.

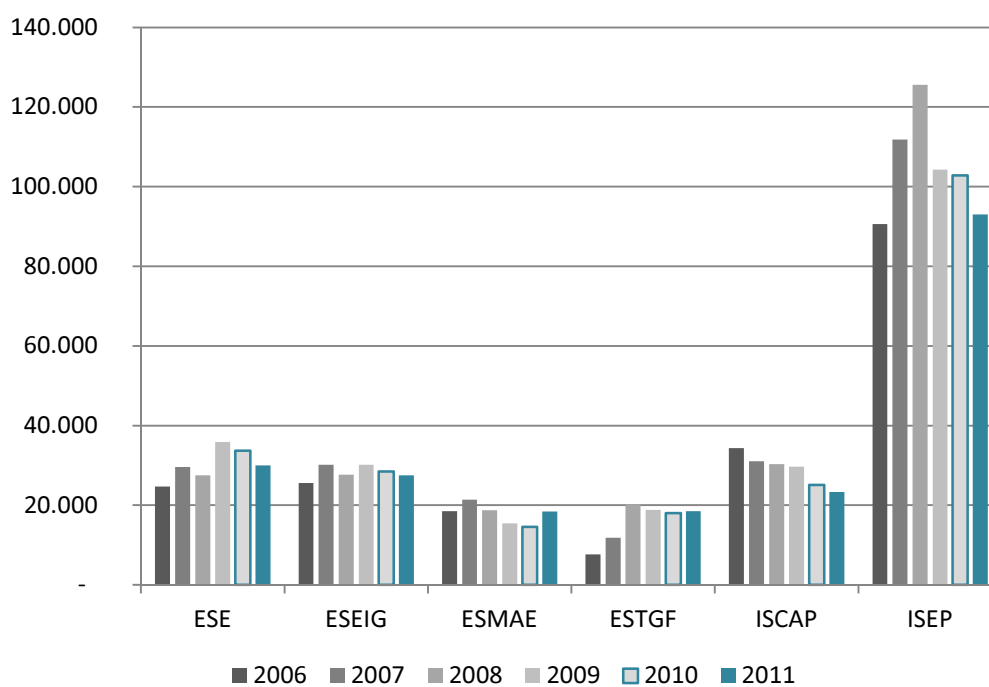
Através deles, é possível visualizar de uma forma comparativa a atividade das várias unidades ao longo dos anos, assim como a sua expressão financeira. De notar uma ligeira quebra no número de refeições servidas, tendência que de uma forma geral (à exceção da ESMAE) já se verifica desde 2009.

Esses dados, apresentados de forma agregada, serão seguidos pela representação desta atividade, no ano de 2011, e mesmo tipo de unidades (cantinas).

Tabela 14 – Número anual de refeições servidas por unidade alimentar

Unidade alimentar	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
ESE	24.680	29.614	27.478	35.850	33.675	29.978	-11%
ESEIG	25.583	30.189	27.699	30.143	28.485	27.547	-3%
ESMAE	18.528	21.397	18.735	15.417	14.606	18.420	26%
ESTGF	7.625	11.851	20.276	18.862	18.007	18.537	3%
ISCAP	34.378	31.087	30.351	29.723	25.112	23.307	-7%
ISEP	90.600	111.819	125.598	104.310	102.835	93.032	-10%
Total	203.400	237.964	252.145	236.314	224.730	212.832	-5%

Figura 14 – Evolução das refeições servidas nas unidades alimentares



## 9.2 – Análise desagregada das refeições servidas em 2011, por unidades alimentar do tipo cantina

ESE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	3.306	1.960	4.495	2.231	1.927	1.429	196	890	5.158	5.793	2.593	29.978	143
Funcionamento (dias)	21	20	21	14	22	19	21	20	20	21	11	210	

ESEIG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	2.849	1.051	3.648	2.621	3.041	2.003	212	1.734	4.197	4.358	1.833	27.547	131
Funcionamento (dias)	21	20	21	15	22	18	21	20	20	21	11	210	

ESMAE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	1.885	1.377	1.906	1.203	1.857	1.279	383	2.026	3.018	2.285	1.201	18.420	88
Funcionamento (dias)	21	20	20	15	22	19	21	20	20	21	11	210	

ESTGF	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	1.381	631	2.651	2.181	1.606	953	126	395	3.596	3.585	1.432	18.537	88
Funcionamento (dias)	21	19	21	15	22	19	21	20	20	21	11	210	

ISCAP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	2.545	1.544	3.152	2.202	1.774	1.064	184	798	3.875	4.275	1.894	23.307	112
Funcionamento (dias)	21	20	21	15	22	18	19	20	20	21	11	208	

ISEP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	10.223	4.121	9.597	6.201	8.184	6.894	2.242	3.954	15.663	18.293	7.660	93.032	441
Funcionamento (dias)	21	20	21	15	22	19	21	20	20	21	11	211	

## 10 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2011 nas unidades alimentares

### 10.1 - Cantina na ESE, no Porto

Nesta unidade, e contrariamente ao sucedido nas restantes unidade alimentares, apenas existia a cantina. No final do ano criou-se uma zona de cafetaria, a qual valorizou substancialmente o espaço e atraiu um volume significativo de utentes ao espaço, já que a sala de refeições, também objeto de remodelação, passou (2012) a estar aberta todo o dia.

A intervenção realizada totalizou cerca de 85.000€. Contudo nesta unidade alimentar foram realizadas outras pequenas intervenções, como a alteração da rede interna de abastecimento de gás, fornecimento de equipamento e palamenta, as quais representaram um investimento total de cerca de 100.000,00€.

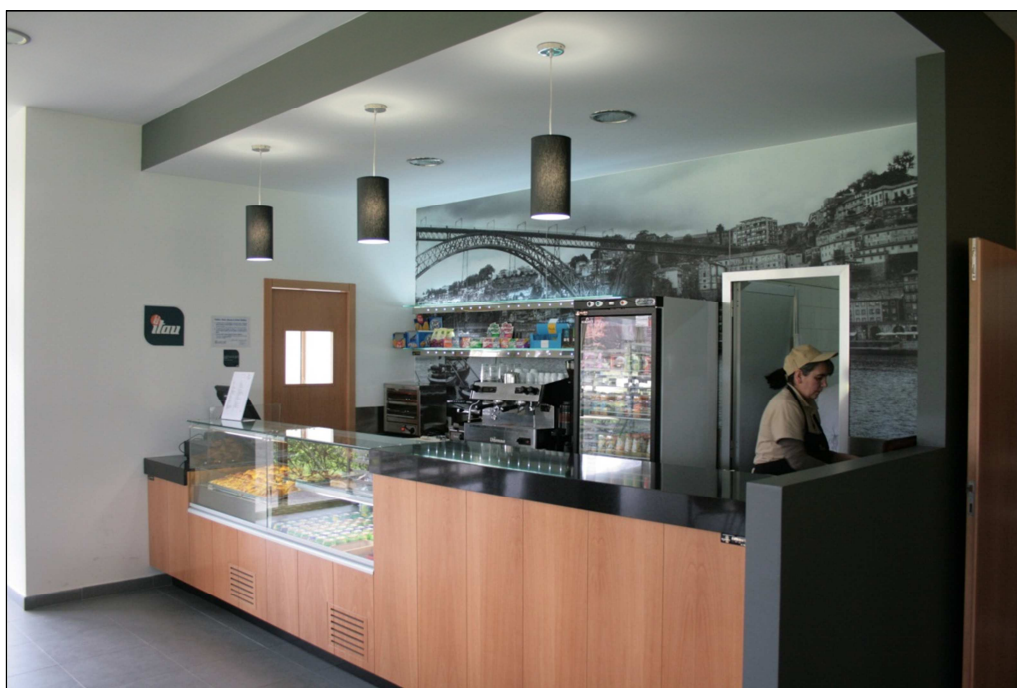


FOTO 1 – Cafetaria da unidade alimentar da ESE





**FOTO 2 – Aspeto visual da remodelação da sala de refeições da unidade alimentar da ESE**

## 10.2 - Cantina e Snack-bar no ISEP, no Porto

A cantina do ISEP sofreu obras de beneficiação muito importantes nos anos de 2007 e 2008, de modo a garantir as condições adequadas em matéria de segurança alimentar sanitária e cumprimento dos regulamentos em vigor na área da alimentação coletiva.

Em 2010 procedeu-se ao melhoramento da linha de self, que se dividiu em duas, para garantir uma melhor fluidez do serviço, uma vez que a procura nesta unidade é elevada (média de 497 refeições/dia, com máximos diários de 730 refeições).

Em 2011 foi realizada uma intervenção ao nível dos tetos e iluminação da unidade alimentar de forma a garantir um maior conforto visual e acústico.



FOTO 2 – Aspeto visual do teto e iluminação da sala de refeições da unidade alimentar do ISEP

O investimento nesta unidade alimentar foi de cerca de 75.000€, incluindo outras pequenas intervenções (manutenção de *hottes* de exaustão, fornecimento de equipamento, mobiliário e palamenta).

### **10.3 - Cantina no ISCAP, em Matosinhos**

Esta unidade é relativamente recente, pelo apenas foi realizada uma intervenção relacionada com uma fuga de gás de valor residual.

### **10.4 - Cantina na ESMAE, no Porto**

Esta unidade já foi intervencionada em 2009, no sentido de resolver problemas de cumprimento da regulamentação em vigor nesta área de atividade, tendo em 2010 sido complementadas estas intervenções.

Em 2011 apenas se realizaram pequenos trabalhos de manutenção de eletricidade e de substituição de um vidro do balcão. Estes trabalhos totalizaram 1.700,00€

### **10.5 - Cantina na ESEIG**

A unidade alimentar da ESEIG é relativamente recente, sendo a parte mais deficitária a instalação do snack-bar e das infraestruturas do saneamento.

Em 2011 apenas se realizaram pequenos trabalhos de reparação de fugas de água e humidades no valor total de cerca de 4.000,00€. Neste ano foram ainda adquiridos alguns equipamentos e palamenta necessária ao bom funcionamento da unidade no valor total de cerca de 10.000,00€.

### **10.6 - Cantina na ESTGF**

Esta unidade foi totalmente remodelada em 2008, dado que não oferecia as condições mínimas da regulamentação em vigor. Em 2011 houve apenas pequenas intervenções (de acerca de 500€).

### **10.7 - Cafeteria na ESTSP**

Na ESTSP, como se referiu, não existe cantina. Por isso, atentas as necessidades dos estudantes, a Cafeteria evoluiu para o conceito de snack-bar, fornecendo refeições ligeiras.

Todo o investimento nesta unidade foi realizado em 2008 e 2009 (equipamento novo), não tendo havido necessidade de intervenções em 2011.

### 10.8 – Outros investimentos: GiCANT (Gestão integrada de cantinas)

Em 2010 os SAS.ipp promoveram o desenvolvimento deste projeto, em articulação com a Divisão de Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação do IPP, visando a introdução de um sistema mais eficaz e eficiente de marcação e pagamento de refeições.

Para além do desenvolvimento do *software*, este projeto envolveu a aquisição de diverso equipamento, referido no quadro a seguir, bem como pequenas obras de adaptação de ligações à rede informática de cada Escola, num investimento total em 2011 de cerca de 47.000€.

Escola	Pontos	Monitores	Computador	Leitor de Cartões	Adaptadores		Kiosk
		15" e 12"			Série	HDMI	
ISEP	2	4	2	2	2	2	1
ESEIG	1	2	1	1	1	1	1
ESMAE	1	2	1	1	1	1	1
ESE	1	2	1	1	1	1	1
ISCAP	1	2	1	1	1	1	1
ESTGF	1	2	1	1	1	1	1
TOTAL	7	14	7	7	7	7	6
Reserva		4	1	4			1

O GiCANT entrou em funcionamento nas várias unidades alimentares de uma forma faseada:

ISEP	ESE	ESTGF	ISCAP	ESEIG	ESMAE
04-02-2011	24-03-2011	27-04-2011	09-05-2011	06-06-2011	15-06-2011

## **Especificidades de funcionamento do GICANT**

O GICANT permite simplificar o processo de marcação e pagamento de refeições nas unidades alimentares, uma vez que se trata de um sistema muito simples e prático, que apenas pressupõe:

- A posse do cartão de identificação, emitido sob a responsabilidade da sua Escola ou Serviço;
- Ter as credenciais de acesso ao portal académico;
- Ter uma conta-corrente carregada.

Para funcionamento e carregamento da conta corrente, neste sistema, o utente apenas tem que aceder ao GICANT através de <http://gicant.sas.ipp.pt>, autenticar-se com as suas credenciais, aceder ao menu <Conta-corrente> e escolher um valor para carregar a sua conta-corrente (mínimo de 10€) para gerar a partir daí uma Referência Multibanco. Após este passo, terá que se dirigir a uma Caixa Multibanco e proceda ao pagamento na opção “Pagamentos e outros serviços” – “pagamento de serviços/compras” – Entidade, Referência e Valor que obteve no GICANT”. O carregamento ficará disponível na sua conta corrente, em regra, dois dias após o pagamento.

A marcação das refeições funciona também de uma forma muito simples e intuitiva. Para tal o utente tem que aceder ao GICANT, tal como mencionado no parágrafo anterior e, após carregar a conta-corrente, no menu <Refeições> selecionar a opção <Marcar refeição>, podendo marcar uma só refeição (escolher a ementa) ou várias (almoço e jantar) até ao máximo de 7 dias consecutivos. As refeições marcadas ficam em “reserva” que só se confirma se não forem anuladas até às 10,30h ou 18h de cada dia, conforme se trata de almoço ou jantar.

A validação da compra da refeição na linha de self-service da unidade alimentar, o utente apenas tem que passar o seu cartão pelo leitor e a operadora verificar a regularidade da reserva.

Apesar de ter sido sentida alguma resistência inicial na mudança no sistema de marcação de refeições que o sistema GICANT trouxe, este sistema revelou ser uma mais valia na gestão das unidades alimentares, uma vez que o sistema anterior representava uma fonte constante de problemas e constrangimentos para os utentes e para os serviços.

Como é habitual, as mudanças implicam sempre uma quebra de rotinas existentes, o que resulta num descontentamento inicial, contudo, e como seria expectável, com o início de novas rotinas e a sistematização das mesmas os utentes passaram a aceitar e apreciar este novo sistema.

---

## **11 – Outras atividades**

Os SAS.IPP, para além do serviço habitual de linha de self-service das unidades alimentares, colaboram na organização de serviços de refeições destinados a público interno, como sendo as Associações de Estudantes, participantes em Jornadas e Colóquios promovidos pelas Escolas, entre outros, os quais funcionam como serviços especiais, contratados diretamente entre os concessionários e as entidades requisitantes.

# VIII.

# Alojamento

Os serviços de ação social devem promover o acesso dos alunos a condições de alojamento que propiciem um ambiente adequado ao estudo, designadamente através da criação de residências de estudantes

Artigo 20.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 129/93. D.R. n.º 94, Série I-A de 1993-04-22  
Ministério da Educação  
Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

## **VIII. Alojamento**

### **1 – Enquadramento**

No âmbito dos objetivos que prosseguem, os SAS.ipp promovem o acolhimento aos estudantes que frequentam as escolas do IPP e os seus cursos superiores conferentes de grau ou curso tecnológico, que pelas suas condições socioeconómicas, pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo e necessitem, por isso, de alojamento para prosseguir os seus estudos.

Como se referirá a seguir, a oferta de alojamento é muito limitada, quando comparada com as demais instituições de ensino superior públicas.

Sem prejuízo dessa limitação, os SAS.IPP têm procurado qualificar os espaços de alojamento existentes, com melhor apetrechamento e mais funcionais, sem prejuízo dos esforços no sentido do aumento da oferta.

Todo o trabalho desenvolvido nesta área tem com objetivo facilitar o dia-a-dia do estudante e contribuir para o seu desenvolvimento e integração na comunidade académica.

Atualmente os SAS.IPP têm consciência que a oferta de alojamento é muito limitada, fruto de opções do passado agora difícil de corrigir. Nesse quadro, para além da construção da Residência de José Régio (a abrir em 2012), estão em curso estudos para a construção de uma nova residência no Porto e outra em Felgueiras, como se referirá a seguir.

Os SAS.IPP alojam, ainda nas residências, quando existem vagas, estudantes integrados em programas internacionais ou de intercâmbio institucional, quando abrangidos por protocolos celebrados entre o IPP e outras instituições ou participem em atividades promovidas pelo IPP e suas escolas, bem como visitantes. Em 2011 estiveram em pleno funcionamento seis residências de estudantes, a seguir referenciadas.



## **2 – Modelo de gestão**

As residências de estudantes estão sob a gestão direta dos SAS.IPP, implicando um grande esforço dado a exiguidade de recursos que dispõem.

Para minimizar esse aspeto, em 2011, tal como em anos anteriores, as atividades foram prosseguidas também com o apoio da estrutura de recursos humanos dos Serviços da Presidência, nomeadamente ao nível de atividades de manutenção ou ainda ao nível de atividades de acolhimento, integração e desenvolvimento pessoal dos residentes, através de iniciativas conjuntas promovidas com o gabinete de apoio ao estudante também pertence à estrutura orgânica daqueles serviços centrais.

Neste domínio é também de referir que no ano de 2011:

- O serviço de portaria na residência de Almeida Valente (serviço de portaria a tempo integral) e na residência da Azenha (serviço de portaria a tempo parcial).
- A colaboração prestada pelas comissões de residentes, eleitas em cada uma das residências pelos seus pares, que contribuem para a organização do dia a dia da vivência naquelas unidades e as atividades prosseguidas por estudantes residentes, no âmbito da bolsa de voluntariado do IPP, que a título de pequenos serviços prestados recebem uma contrapartida financeira, a título de subsídio, que no ano de 2011 foi suportada pelo orçamento do IPP.

## **3 – Modelo de atribuição de alojamento**

A atribuição de alojamento é sustentada em regulamento próprio, aprovado nos termos regulados no Decreto-Lei n.º 129/93, de 22/04.

Esse diploma regulador interno fixa as condições de ingresso e de utilização dos equipamentos, as normas de disciplina interna e as formas de participação dos estudantes na gestão, conservação e limpeza das instalações.

A atribuição é feita mediante prévia candidatura, organizada em momentos principais:

- No decurso (próximo do termo) do ano letivo anterior para aquele que se requer alojamento, dirigido aos estudantes que naquele ano se encontram inscritos.
- No início do ano letivo para o qual o alojamento é requerido, dirigido especialmente àqueles estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e IPP.
- A terceira fase, sem termo, ocorre ao longo de todo o ano letivo e a atribuição do alojamento é feita em função das vagas que entretanto vão vagando.

A candidatura é apresentada em plataforma própria, acessível via internet e posteriormente gerida, analisada e decidida, em programa informático específico para essa função.

Porque a prestação de serviços de alojamento nas residências do IPP se dirige seus estudantes, preferencialmente aos mais carenciados, a sua atribuição depende da verificação das seguintes condições:

- a) Estudantes que, tendo sido bolseiros no ano letivo anterior, sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual se candidatam a alojamento;
- b) Novos estudantes que sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo da candidatura a alojamento;
- c) Estudantes não bolseiros no ano letivo anterior e candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual requerem alojamento;
- d) Demais estudantes, que não se enquadrem nos subgrupos anteriores.

Da atribuição de alojamento e da sua aceitação, decorre a assinatura de um contrato, onde o estudante, que passa à qualidade de alojamento, assume um conjunto de direitos e deveres.

#### 4 – Análise financeira: preços

Os preços a praticar em alojamento social, aprovados pelo Conselho de Gestão do IPP, sob proposta do Conselho de Ação Social, contêm, para o ano de 2011, a opção por fazer refletir no preço uma taxa de serviços variável e cuja variação é função do tipo de quarto (condições do alojamento) e do tipo de serviços prestados em cada residência (condição de utilidade).

Com esta opção, suportada naquele fator de correção, foi possível tornar o preço mais ajustado às condições do serviço prestado.

Os preços de alojamento social, para estudantes bolseiros, praticados no período de 2007 (ano letivo 2007-2008) a 2011 (ano letivo 2011-2012) é o que consta da tabela seguinte.

Tabela 15 – Evolução do preço social de alojamento nas residências IPP

Tipo	Estudantes do IPP bolseiros				
	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Mensal - quarto individual	-	100,00 €	76,90 €	99,25 €	85,00 €
Mensal - quarto duplo	90,00 €	90,00 €	76,90 €	84,25 €	72,75 €
Mensal - quarto triplo / quádruplo	85,00 €	85,00 €	76,90 €	84,25 €	70,00 €
Semanal	35,00 €	38,00 €	40,00 €	40,00 €	45,00 €
Diária	6,00 €	8,00 €	10,00 €	10,00 €	15,00 €

De referir que o encargo assumido pelo estudante residente bolseiro é bastante inferior ao que lhe é cobrado porque, no âmbito da atribuição de bolsa de estudo, beneficia de um complemento de alojamento que cobre entre 86% e 100% daquele encargo.

No que respeita aos preços praticados aos demais estudantes que não sejam bolseiros, expressam-se nas tabelas seguintes.

Tabela 16 – Preços de alojamento em 2009-2010

Tipo	Preço-base			Taxa complementar
	Estudantes bolseiros	Outros Estudantes incluindo ERASMUS	Docentes Convidados	
Mensal – quarto individual	63,90 €	107,00 €	187,00 €	13,00 €
Mensal – quarto duplo	63,90 €	92,00 €	117,00 €	13,00 €
Mensal – quarto triplo/quádruplo	63,90 €	77,00 €	112,00 €	13,00 €
Semanal	40,00 €	50,00 €	60,00 €	----
Diária	10,00 €	15,00 €	15,00 €	----

Tabela 17 – Preços de alojamento em 2010-2011

Tipo	Preço-base			Taxa complementar
	Estudantes do IPP Bolseiros	Outros Estudantes incluindo ERASMUS	Docentes Convidados	
Mensal – quarto individual	86,25	107,00 €	187,00 €	13,00 €
Mensal – quarto duplo	71,25	92,00 €	117,00 €	13,00 €
Mensal – quarto triplo/quádruplo	71,25	77,00 €	112,00 €	13,00 €
Semanal	40	50,00 €	60,00 €	----
Diária	10	15,00 €	15,00 €	----

Tabela 18 – Preços de alojamento em 2011-2012

Tipo	Preço-base			Taxa complementar		
	Estudantes do IPP Bolseiros	Outros Estudantes incluindo ERASMUS	Docentes Convidados	b	c	d
Mensal – quarto individual	86,25	107,00 €	187,00 €	16,00 €	12,00 €	8,00 €
Mensal – quarto duplo	71,25	92,00 €	117,00 €	16,00 €	12,00 €	8,00 €
Mensal – quarto triplo/quádruplo	71,25	77,00 €	112,00 €	16,00 €	12,00 €	8,00 €
Semanal	40	50,00 €	60,00 €	----	----	----
Diária	10	15,00 €	15,00 €	----	----	----

## 5 – Análise financeira: Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das unidades de alojamento

Tabela 19 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de Almeida Valente

<b>Almeida Valente</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)	11.783,83 €	15.092,53 €	17.587,48 €	21.167,20 €	29.678,67 €
Correntes (outras)	156.232,99 €	147.275,77 €	111.037,53 €	111.036,71 €	101.414,40 €
Capital	26.454,74 €	10.032,46 €	7.343,86 €	24.693,55 €	20.021,14 €
Total	194.471,55 €	172.400,77 €	135.968,87 €	156.897,46 €	151.114,21 €
<b>Receitas</b>	71.164,15 €	86.987,48 €	86.761,62 €	76.327,89 €	89.562,80 €

Tabela 20 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de Bainharia

<b>Bainharia</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)	2.039,51 €	3.718,97 €	5.291,94 €	6.018,73 €	6.339,40 €
Correntes (outras)	20.331,97 €	24.614,83 €	12.276,34 €	13.627,20 €	12.263,78 €
Capital	12.539,43 €	1.800,12 €	329,14 €	6.297,01 €	7.203,92 €
Total	34.910,91 €	30.133,91 €	17.897,42 €	25.942,94 €	25.807,10 €
<b>Receitas</b>	12.472,07 €	13.880,98 €	13.095,00 €	12.620,40 €	13.989,25 €

Tabela 21 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de RioBom

<b>Rio Bom</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)	4.079,02 €	5.221,75 €	8.218,06 €	9.558,86 €	11.413,54 €
Correntes (outras)	31.195,70 €	15.469,99 €	26.101,06 €	33.310,65 €	21.621,07 €
Capital	27.365,91 €	14.531,43 €	444,68 €	12.034,63 €	24.877,98 €
Total	62.640,63 €	35.223,17 €	34.763,80 €	54.904,14 €	57.912,59 €
<b>Receitas</b>	- €	16.657,18 €	21.582,19 €	29.801,24 €	28.226,06 €

Tabela 22 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de Azenha

<b>Azenha</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)	4.758,85 €	6.096,68 €	7.105,08 €	8.551,23 €	11.989,74 €
Correntes (outras)	85.063,64 €	81.703,43 €	45.608,22 €	52.160,11 €	45.786,47 €
Capital	9.556,66 €	7.219,75 €	10.309,37 €	13.633,98 €	- €
Total	99.379,15 €	95.019,86 €	63.022,66 €	74.345,32 €	57.776,21 €
<b>Receitas</b>	27.878,74 €	24.060,37 €	34.969,00 €	31.937,17 €	33.265,19 €

Tabela 23 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de S. Roque

<b>S. Roque</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)	4.532,24 €	3.584,72 €	6.763,40 €	8.140,01 €	11.413,17 €
Correntes (outras)	18.677,89 €	22.407,40 €	21.078,81 €	21.769,77 €	18.111,35 €
Capital	12.518,22 €	2.275,68 €	782,90 €	1.612,17 €	944,64 €
Total	35.728,35 €	28.267,80 €	28.625,11 €	31.521,95 €	30.469,16 €
<b>Receitas</b>	16.140,32 €	16.657,18 €	17.181,00 €	22.852,30 €	29.447,85 €

Tabela 24 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de Coelho Neto

<b>Coelho Neto</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)	2.152,82 €	5.692,46 €	7.472,87 €	8.330,24 €	7.702,70 €
Correntes (outras)	26.029,28 €	25.774,56 €	12.116,42 €	12.955,32 €	12.439,58 €
Capital	11.950,76 €	3.569,43 €	12.149,14 €	11.599,72 €	928,65 €
Total	40.132,85 €	35.036,45 €	31.738,43 €	32.885,28 €	21.070,93 €
<b>Receitas</b>	13.205,72 €	17.582,58 €	18.093,00 €	16.898,55 €	18.484,60 €



Tabela 25 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de Azenha

<b>José Régio</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)				- €	
Correntes (outras)				304,05 €	307,24 €
Capital				22.072,28 €	22.023,40 €
Total				22.376,33 €	22.330,64 €
<b>Receitas</b>					
				- €	- €

Tabela 26 - Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas da residência de Gil Vicente

<b>Gil Vicente</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes (pessoal)					
Correntes (outras)					304,43 €
Capital					430,50 €
Total					734,93 €
<b>Receitas</b>					
					- €

Tabela 27 – Evolução das receitas e despesas das unidades de alojamento entre 2007 e 2011

	2 007	2 008	2 009	2 010	2 011
Receitas (total)	140.861,00 €	175.825,76 €	191.681,81 €	190.437,55 €	212.975,75 €
Despesas correntes (pessoal)	29.346,27 €	39.407,11 €	52.438,83 €	61.766,26 €	78.537,22 €
Despesas correntes (outras)	337.531,47 €	317.245,97 €	228.218,37 €	245.163,81 €	212.248,32 €
Despesas de Capital	100.385,70 €	39.428,87 €	31.359,09 €	91.943,34 €	76.430,23 €
Despesa (total)	467.263,44 €	396.081,95 €	312.016,29 €	398.873,42 €	367.215,77 €
Taxa de cobertura (s/ despesa total)	30%	44%	61%	61%	
Taxa de cobertura (s/ despesa corrente)	38%	49%	68%	62%	

## 6 – Análise evolutiva da ocupação por unidade de alojamento

Unidade de alojamento	Tipo	Nº de camas	distribuição do n.º de quartos			
			individual	duplo	triplo	>triplo
ALMEIDA VALENTE	mista	104	2	49		1
AZENHA	mista	42		21		
COELHO NETO	mista	19	7	4		1
BAINHARIA	masculina	18		6	2	
S. ROQUE	mista	40		11	6	
RIO BOM	mista	36		9	6	
TOTAL		259	9	100	14	2

Conforme se conclui da análise dos dados a seguir apresentados, a taxa de ocupação tem assistido a um comportamento de aumento em crescendo.

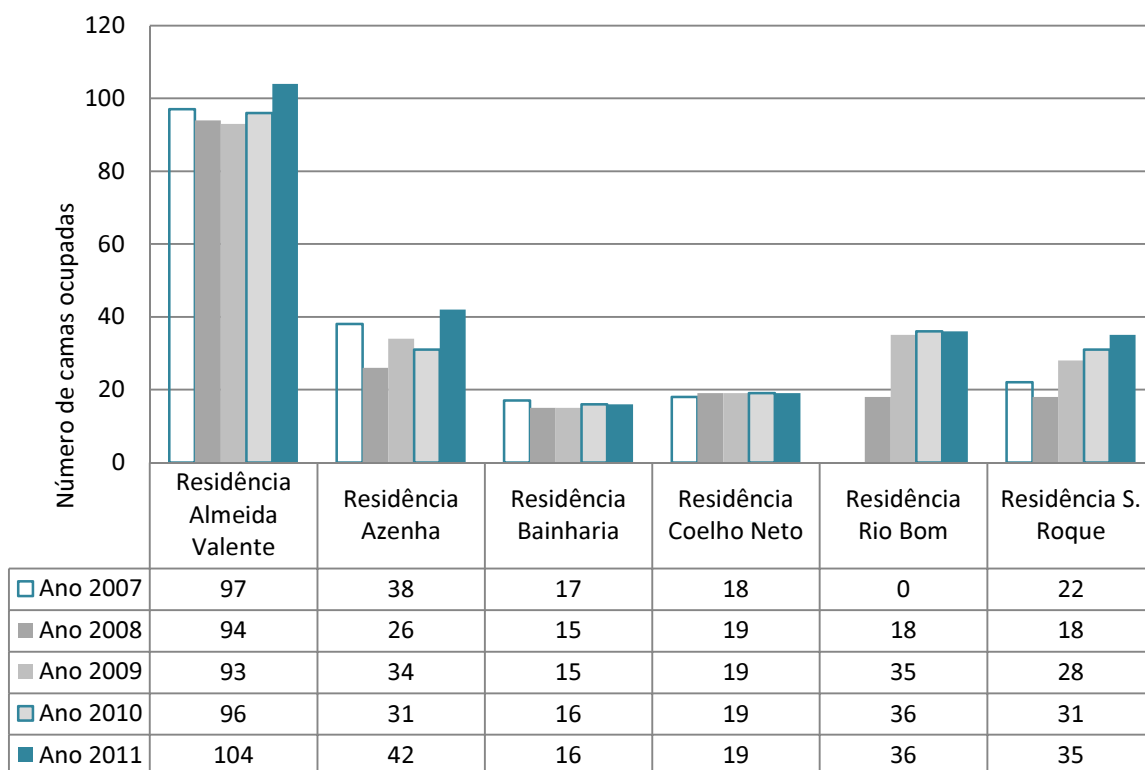
De uma taxa de ocupação de 74% verificada em 2007, passamos para uma taxa de ocupação de 97% o que representa um aumento de 23%.

No ano de 2011, por referência ao período de 31 de dezembro, apenas duas das seis residências não estavam completamente ocupadas e mesmo nestas a taxa de ocupação foi próxima dos 100%.

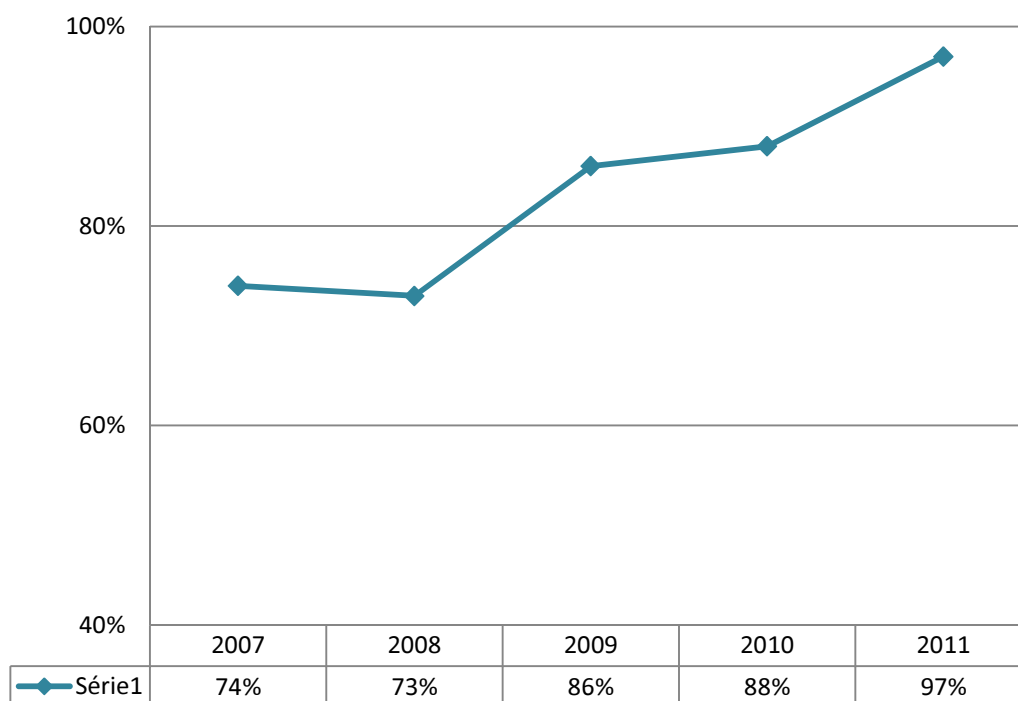
**Tabela 28 – Distribuição da ocupação por unidade de alojamento de 2007 a 2011**

Unidade de alojamento	Total camas	Ano 2007				Ano 2008				Ano 2009				Ano 2010				Ano 2011			
		Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação
Residência Almeida Valente	104	92	5	97	93%	63	31	94	90%	66	27	93	89%	56	40	96	92%	78	26	104	100%
Residência Azenha	42	30	8	38	90%	18	8	26	62%	20	14	34	81%	23	8	31	74%	34	8	42	100%
Residência Bainharia	18	17	0	17	94%	12	3	15	83%	8	7	15	83%	9	7	16	89%	11	5	16	89%
Residência Coelho Neto	19	16	2	18	95%	15	4	19	100%	17	2	19	100%	14	5	19	100%	14	5	19	100%
Residência Rio Bom	36	0	0	0	0%	12	6	18	50%	26	9	35	97%	26	10	36	100%	28	8	36	100%
Residência S. Roque	40	22	0	22	55%	12	6	18	45%	23	5	28	70%	22	9	31	78%	26	9	35	88%
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>177</b>	<b>15</b>	<b>192</b>	<b>74%</b>	<b>132</b>	<b>58</b>	<b>190</b>	<b>73%</b>	<b>160</b>	<b>64</b>	<b>224</b>	<b>86%</b>	<b>150</b>	<b>79</b>	<b>229</b>	<b>88%</b>	<b>191</b>	<b>61</b>	<b>252</b>	<b>97%</b>

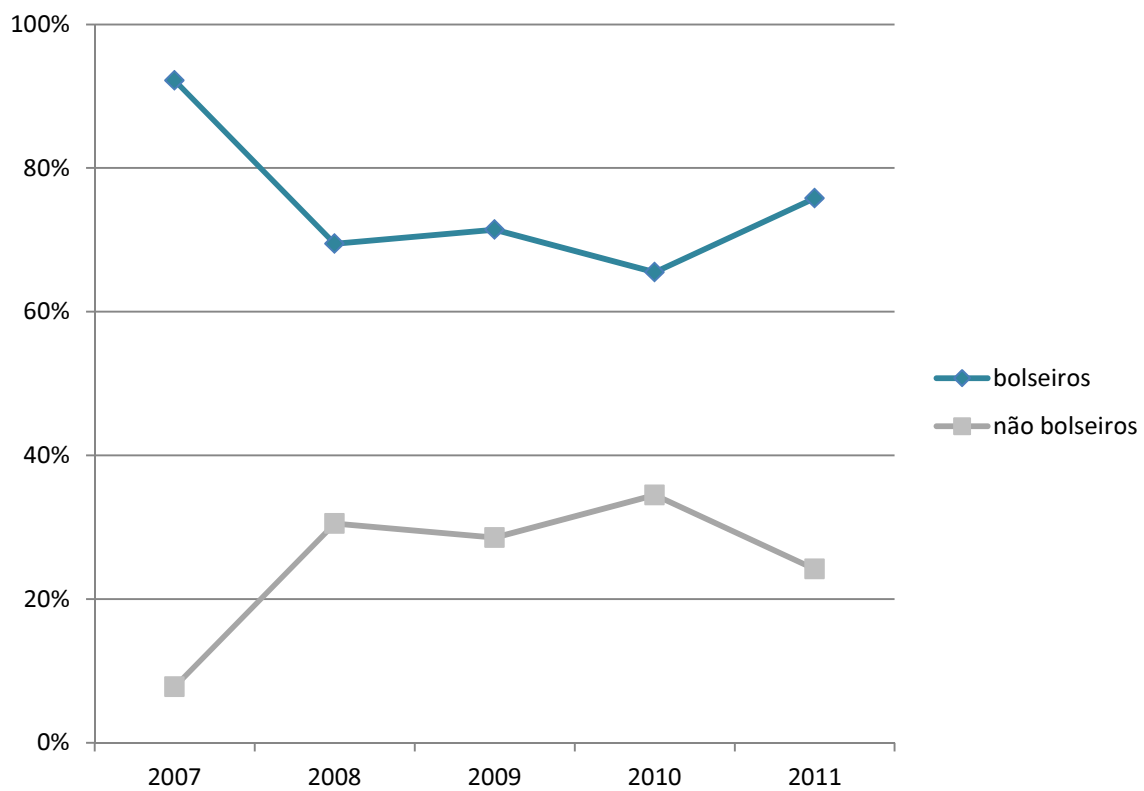
**Figura 15 – Distribuição da ocupação por unidade de alojamento de 2007 a 2011**



**Figura 16 – Taxa de ocupação média das residências de estudantes**



**Figura 17 – Taxa de ocupação média por tipo de residente**



## **7 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2011 nas unidades de alojamento**

### **Residência de Almeida Valente - as principais intervenções nesta residência envolveram:**

- a) Pintura de paredes e tetos das cozinhas;
- b) Fornecimento e montagem de novo mobiliário nas cozinhas;
- c) Substituição de fogões elétricos por placas vitrocerâmicas;
- d) Outras pequenas reparações, nomeadamente no sistema de videovigilância, carpintarias, pavimentos e eletrodomésticos.

### **Residência de Azenha - as principais intervenções nesta residência envolveram:**

- a) Obras de conservação de pinturas, incluindo isolamento de humidades na cobertura e nos quartos;
- b) Outras pequenas reparações, de natureza diversa, nomeadamente no sistema de videovigilância, na caldeira, eletrodomésticos, entre outras.

### **Residência de Coelho Neto - as principais intervenções nesta residência envolveram:**

- a) Obras de conservação de pinturas, incluindo isolamento de humidades nos quartos;
- b) Substituição de um cilindro para fornecimento de água quente sanitária, assim como do fogão elétrico por um novo;
- c) Reparções diversas ao nível de eletricidade, eletrodomésticos, entre outras

### **Residências de Bainharia - as principais intervenções nesta residência envolveram:**

- a) Obras de conservação, incluindo isolamento de humidades nas casas de banho;
- b) Pintura de paredes e teto da cozinha;
- c) Fornecimento e montagem de novo mobiliário na cozinha;
- d) Substituição de fogões elétricos por placa vitrocerâmica;
- e) Reparções diversas nomeadamente: substituição de um vidro da claraboia da caixa de escadas, eletrodomésticos, entre outras.

**Residência de S. Roque - as principais intervenções nesta residência envolveram:**

- a) Obras de conservação, para isolamento de humidades nos quartos e quartos de banho;
- b) Reparações diversas de eletrodomésticos, portas de quartos, entre outras.
- c) Fornecimento e colocação de estores em quartos.

**Residências de Riobom - as principais intervenções nesta residência envolveram:**

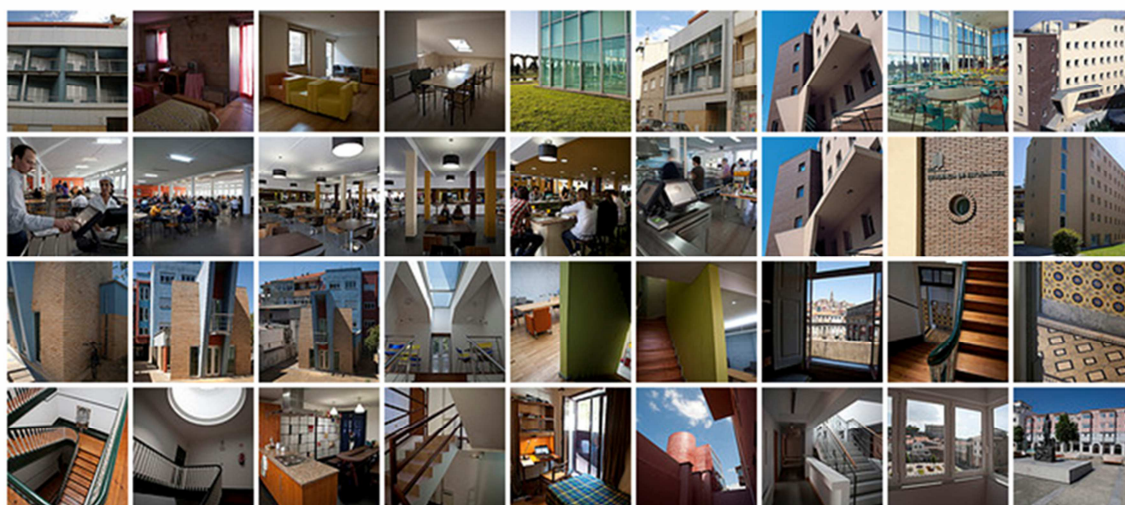
- a) Reparação de humidades e pintura de paredes da parede da sala de convívio;
- b) Substituição do fogão elétrico por um novo e aquisição de eletrodomésticos;
- c) Remodelação de um quarto na residência para instalação de uma cozinha;
- d) Reparações diversas de eletrodomésticos, etc.

**Residência de José Régio – as principais intervenções nesta residência envolveram:**

- a) Execução de rede de tomadas de força motriz e de rede wireless;
- b) Trabalhos diversos de construção civil para cumprimento da legislação de segurança contra incêndio (alteração de vão, plantas de emergência e recarga de extintores)



## 8 – Caracterização das residências



### 8.1 - Residência de Almeida Valente

Localização: Rua Coronel Almeida Valente n.º 330, Porto

Capacidade: 104 camas

Tipo: mista



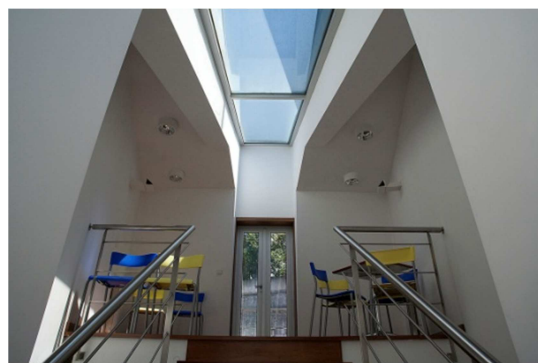
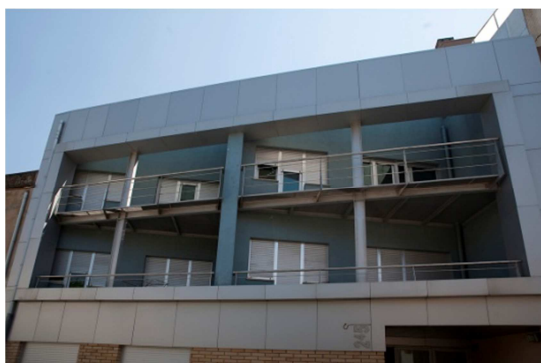
#### Principais características

- 2 quartos individuais para deficientes
- 49 quartos duplos
- 1 quarto quadruplo
- quarto de banho privativo para cada 2 quartos
- aquecimento central
- 1 cozinha em cada piso equipadas com frigorífico, micro-ondas, fogão e tv
- lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar
- sala de convívio equipada com plasma
- rede wireless em toda a residência

## 8.2 - Residência de Azenha

Localização: Rua da Azenha n.º 245/247, Porto

Capacidade: 42 camas      Tipo: feminina



### Principais características

21 quartos duplos distribuídos por 6 apartamentos  
quarto de banho privativo  
quarto de banho privativo  
1 cozinha por apartamento equipadas com frigorífico, micro-ondas, fogão e tv  
lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar  
sala de convívio equipada com tv  
rede wireless em toda a residência

## 8.3 - Residência de Coelho Neto

Localização: Rua Coelho Neto n.º 78, Porto

Capacidade: 19 camas      Tipo: mista

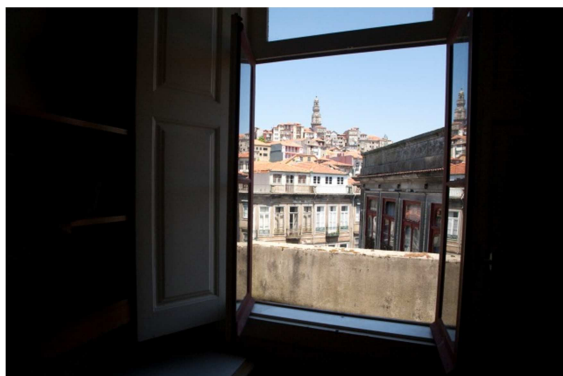


**Principais características**

7 quartos individuais  
4 quartos duplos  
1 quarto quadruplo  
2 quartos de banho coletivos  
1 cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão  
lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar  
sala de convívio equipada com tv  
rede wireless em toda a residência

**8.4 - Residência de Bainharia**

Localização: Travessa da Bainharia n.º 16, Porto  
Capacidade: 18 camas      Tipo: masculina



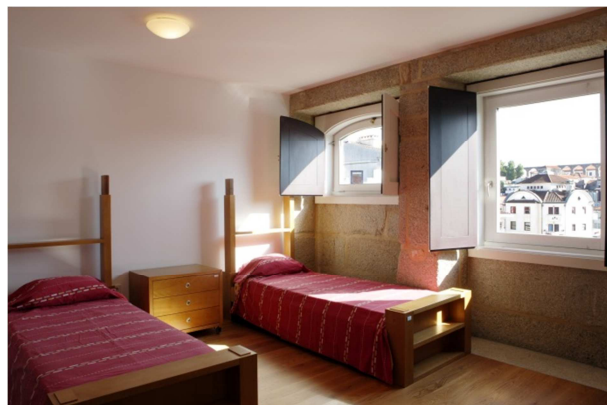
**Principais características**

6 quartos duplos  
2 quartos triplos  
1 quartos de banho por piso  
1 cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão  
lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar  
sala de convívio equipada com tv  
rede wireless em toda a residência

## 8.5 - Residência de S. Roque

Localização: Rua do Lidador n.º 131, Vila do Conde

Capacidade: 40 camas      Tipo: mista



### Principais características

- 11 quartos duplos
- 6 quartos triplos
- 2 quartos de banho coletivos
- 1 cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão
- lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar
- sala de convívio equipada com tv
- rede wireless em toda a residência

## 8.6 - Residência de Riobom

Localização: Avenida Rodrigues de Freitas n.º 14, Porto

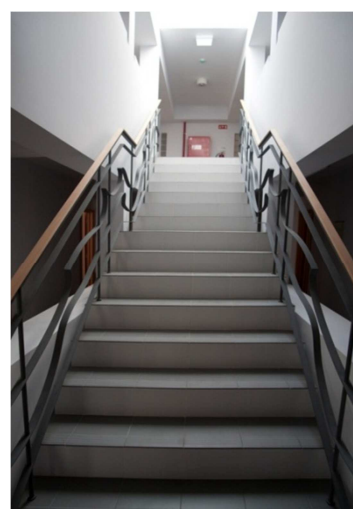
Capacidade: 36 camas      Tipo: mista



**Principais  
características**

9 quartos duplos  
6 quartos triplos  
2 quartos de banho coletivos  
1 cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão  
lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,  
tábua e ferro de engomar  
sala de convívio equipada com tv  
rede wireless em toda a residência

### 8.7 - Residência de José Régio



A Residência de José Régio, instalada na praça com o mesmo nome, em Vila do Conde, resultou de uma parceria entre o IPP e a Autarquia (Protocolo de 1997), tendo beneficiado de um financiamento no âmbito do QREN.

Dispõe de 47 quartos, sendo 31 individuais e 16 duplos, num total de 63 camas (incluindo dois quartos para deficientes) e entrará em funcionamento em 2012.

## **9 - Projetos de novas Residências: Residência de Gil Vicente**

Partindo da necessidade de aumentar a oferta de alojamento aos estudantes do IPP, os SAS.ipp desenvolveram o estudo com vista à construção de uma nova Residência no Porto, na zona central da cidade, junto à Praça do Marquês de Pombal, atuais instalações da sua sede.

A proposta obteve o acolhimento generalizado, quer da Presidência do IPP e do seu Conselho de Gestão, quer do Conselho de Ação Social do Conselho Geral.

Assim, foi adquirido pelo IPP em 2010 um terreno, com área de cerca de 1.800 m<sup>2</sup>, por 500.000€, com frente de rua livre de construção para a Rua Gil Vicente.

Sobre este terreno foi já efetuado um primeiro estudo de implantação que poderá viabilizar a construção de uma residência com cerca de 100 quartos ou mais. Entretanto, com o objetivo de aumentar a capacidade construtiva, iniciaram-se negociações para a compra de uma parcela de terreno adjacente, com cerca de 630 m<sup>2</sup>, que poderá viabilizar o aumento do número de camas para 130 ou mais.

# IX.

## **Outros apoios de cariz social, cultural, desportivo ou recreativo**

## IX. Introdução

### 1 – Outras atividades de apoio social

*É assegurada aos estudantes, quando se coaduna com o serviço em causa, a preferência na contratação de pessoal para a prestação de serviços que assegurem as atividades correntes dos estabelecimentos em que estejam matriculados, no regime de tarefa ou de prestação de serviço, com a remuneração adequada*

Preâmbulo do Decreto-lei n.º 129/93, de 22/04,  
diploma que estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

Em 2011, no âmbito da criação da Bolsa de Voluntários do Instituto Politécnico do Porto, a qual objetiva:

1. Promover oportunidades para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais do estudante;
2. Promover a aproximação entre o Politécnico do Porto e a comunidade do meio envolvente;
3. Incentivar o estudante a participar em atividades de responsabilidade social, fomentando o espírito de solidariedade e uma atitude de cidadania;
4. Criar mecanismos facilitadores do processo de transição do Ensino Superior para o Mercado de Trabalho.

Os SAS.ipp apresentaram candidatura para um projeto designado por “Apoio ao funcionamento da residência de estudantes de S. Roque”. Com este projeto, o qual iniciou em janeiro e terminou em Julho, pretendia-se assegurar boas condições de funcionamento e bem-estar na residência de estudantes. A aprovação deste projeto permitiu, através da colaboração de cinco voluntários estudantes do IPP alojados na residência, preferencialmente bolseiros ou economicamente carenciados, promover a organização, limpeza e asseio dos espaços comuns da residência, entre como a realização de outras tarefas de manutenção das instalações.

Em Outubro de 2011, e após o sucesso do primeiro projeto, os SAS.ipp apresentaram candidatura de um novo projeto, designado por “Apoio ao alojamento de estudantes - Residência de S. Roque”, o qual visava a realização de tarefas de coordenação de atividades, o estabelecimento de contactos entre os residentes e os SAS.ipp, limpeza e arrumo dos espaços comuns e resolução de pequenos problemas do dia a dia.



Da análise do resultado destes projetos de voluntariado salienta-se, para além da ajuda económica aos alunos residentes carenciados, uma maior motivação e zelo pelos bens e espaços que lhe foram colocados à disposição aquando da entrada para a residência, assim como o desenvolvimento da sua formação cívica e social.

## 2 – Outras atividades de apoio

Embora o orçamento disponível não permitisse apoiar direta e financeiramente as múltiplas atividades promovidas pelos estudantes do IPP, os SAS.IPP procuraram, no entanto, corresponder e colaborar em iniciativas várias, das quais se destacam:

Atividade	Entidade organizadora
6.º Tunélas – jantar no ISEP	Tesuna – Tuna Feminina da ESTSP
Imposição de Insígnias na ESE	Grupo de Tradições Académicas da ESE
Churrasco Social no ISEP	G.A.S. (Grupo de Ação Social do Porto)
Festa da AE ESE	A.E.E.S.E.P.
Checkpoint Spring Break do ISCAP	A.E.I.S.C.A.P.
V Gristolândia – Festa do Gristo Académico	Gristo Académico da ESE
Almoço Jornadas de Marketing 2011 ISCAP	Comissão organizadora das jornadas de Marketing
XVI Festival de Tunas – Jantar na ESEIG	Gatunos – Tuna Académica da ESEIG
II Ceia de Natal da aeESTSP	aeESTSP
XXII ISCULTURAP – Noites in Park	A.E.I.S.C.A.P.
XVIII FITISEP – Jantar de Tunas	Tuna Académica do ISEP
Almoço V Jornadas de Radiologia da ESTSP	Com. Org. Jornadas de Radiologia
Semana Internacional do ISCAP	GRI ISCAP
Festa Mulheres Santomenses	A.E.S.T.P.
Jantar da Comissão de Praxes do ISCAP	Comissão de Praxes do ISCAP
ISCAPIANO – jantar de Tunas	Tuna Feminina do ISCAP
Dia de África	A.E.S.T.P.
Jantar SARAU do IPP	IPP

# X.

## **Análise do orçamento e financiamento das atividades**

## X. Introdução

O financiamento da ação social no ensino superior está regulado pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, prevendo-se, em síntese, que

- a) *“o Estado investirá na ação social escolar”*, devendo o financiamento dos serviços de ação social do ensino superior efetuar-se *“através de uma fórmula calculada em critérios de equidade, eficiência e bom desempenho”*, a fixar através de decreto-lei, que contudo não chegou ainda a ser publicado (art.º 19.º n.º 2 e 3) e que
- b) o acesso dos estudantes a *“um serviço de refeições”* e dos deslocados *“a alojamento em residências ou apoios específicos para esse fim”* (...) *“são subsidiados de acordo com a fórmula a definir por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e de Ciência e do Ensino Superior”* (art.º 24.º n.º 1, 2 e 3), diploma, no entanto, também ainda não publicado.

O financiamento atribuído diretamente através do OE para os diferentes Serviços de Ação Social (SAS) não tem, porém, obedecido a critérios conhecidos e conformes àquele enquadramento legal, conforme se verifica pelas seguintes situações:

- Em 2007 verificou-se uma redução nominal de 3%, uniforme para todos os SAS relativamente à dotação de 2006;
- Em 2008 verificou-se uma variação entre -32,95% e + 21,4%, sendo o financiamento dos SAS.IPP reduzido em **-26,5%** (nominais), sem qualquer suporte explicativo, nomeadamente decorrente dos referidos critérios de equidade (ver quadro seguinte), eficiência (os SAS reduziram custos e/ou aumentaram receitas) ou bom desempenho (não existem definidas metas sobre este critério);
- Para 2009 mantiveram-se os valores nominais de 2008, sendo de realçar que os vencimentos do pessoal aumentaram 2,9%;
- Em 2010, o financiamento manteve-se inalterado, isto é, idêntico ao de 2008.
- Em 2011 verificou-se uma redução de 12% em relação ao financiamento do ano anterior.

Assim, o financiamento direto do OE para os SAS.IPP correspondeu, em 2011, a cerca de 65% do atribuído em 2007 (com valores nominais), ou seja, menos cerca de 35%, sendo que no mesmo período:

- O número de alunos do IPP passou de 15188 para 17883 (2011/1): mais 18.%;

- O número de candidatos a bolsa de estudo passou de 4096 para 6041 (2011/12): mais 48%;

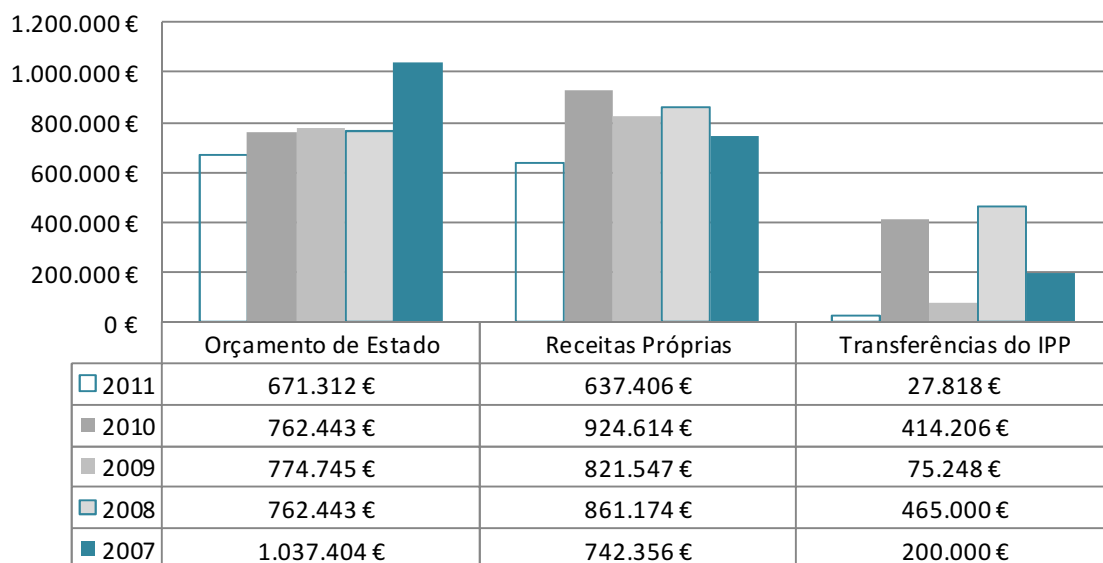
A solução dos SAS.ipp para esta diferenciação negativa, assentou nas seguintes lógicas:

- Prosseguir, no essencial, os objetivos essenciais da sua missão (apoios diretos aos estudantes, alimentação e alojamento) preterindo outros (apoios na saúde, psicopedagógicos, culturais, desportivos, etc...);
- Reduzir custos e aumentar receitas (neste último caso prejudicado pela orientação tutelar de não aumentar o preço das refeições nem do alojamento);
- Obter financiamento adicional do IPP, através de uma parcela das propinas pagas pelos estudantes, que o CAS propôs de 3% e que obteve aprovação da Presidência e do Conselho Geral, nos termos previstos na alínea d) do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril.

**Tabela 29 – Receitas por fonte de financiamento**

RECEITAS POR FONTE DE FINANCIAMENTO	
Orçamento de Estado	671.312 €
Receitas Próprias	637.406 €
Transferências do IPP	27.818 €
<b>TOTAL</b>	<b>1.336.536 €</b>

**Figura 18 - Distribuição da Receita por Fonte de Financiamento – análise comparativa**



Como se verifica, e excluindo as transferências do IPP, o financiamento do OE passou de 58% do total em 2007 para 51% em 2011.

No que se refere à cobrança de receitas próprias (excluindo as transferências internas ao IPP), o valor total de 2011 decompõe-se como se indica a seguir, representando um decréscimo percentual relativamente a 2010 de 31%.

**Tabela 30 – Decomposição das receitas próprias entre 2011 e 2007**

Tipo de receita	2011	2010	2009	2008	2007
Receita das Cantinas	257.561,25 €	538.023,03 €	469.896,92 €	495.558,13 €	459.980,30 €
Rendas dos bares	84.289,36 €	92.877,27 €	91.968,10 €	35.297,17 €	31.903,00 €
Receita do Alojamento	214.029,50 €	192.571,00 €	194.751,81 €	166.130,50 €	148.898,90 €
Juros		14.280,85 €	20.461,12 €	151.650,11 €	93.304,12 €
Outras	637.405,96	86.861,52	44.469,40 €	12.538,31 €	8.269,38 €
<b>Total</b>	<b>1.193.286,07 €</b>	<b>924.613,67 €</b>	<b>821.547,35 €</b>	<b>861.174,22 €</b>	<b>742.355,70 €</b>

**Nota:** O valor das "Rendas dos Bares" não inclui IVA à taxa legal em vigor.

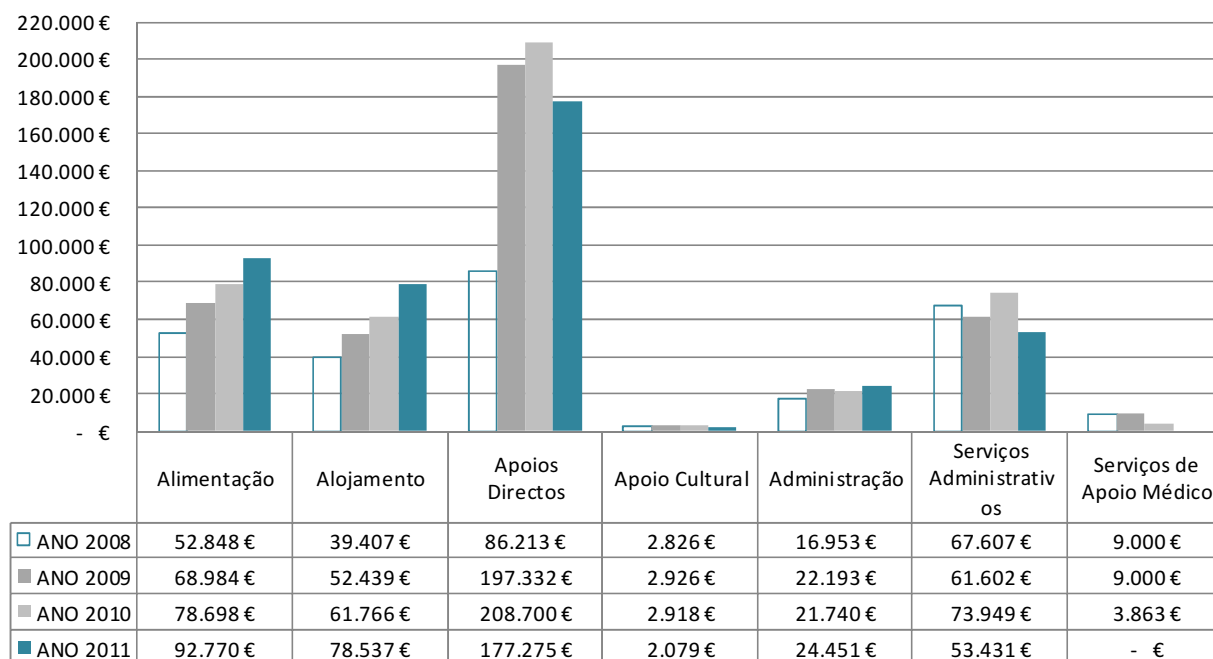
**Tabela 31 - Distribuição da Despesa por área de atividade**

área de atividade	Despesas em 2011				RECEITAS em 2011
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
Alimentação	92.769,50 €	322.759,22 €	175.562,13 €	591.090,85 €	346.110,61 €
Alojamento	78.537,22 €	212.248,32 €	77.721,73 €	368.507,27 €	214.029,50 €
Apoios diretos	177.274,79 €	15.490,90 €	1.226,24 €	193.991,93 €	1.005,70 €
Cultura/ desporto	2.079,46 €	7.273,61 €	- €	9.353,07 €	3.477,29 €
Saúde	- €	- €	- €	- €	- €
Administração	24.451,44 €	4.553,78 €	218,74 €	29.223,96 €	- €
Serviços Administrativos	53.430,56 €	47.896,09 €	557,08 €	101.883,73 €	32.436,37 €
Receitas gerais	- €	- €	- €	- €	681.312,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>428.542,96 €</b>	<b>610.221,92 €</b>	<b>255.285,92 €</b>	<b>1.294.050,80 €</b>	<b>1.278.371,47 €</b>

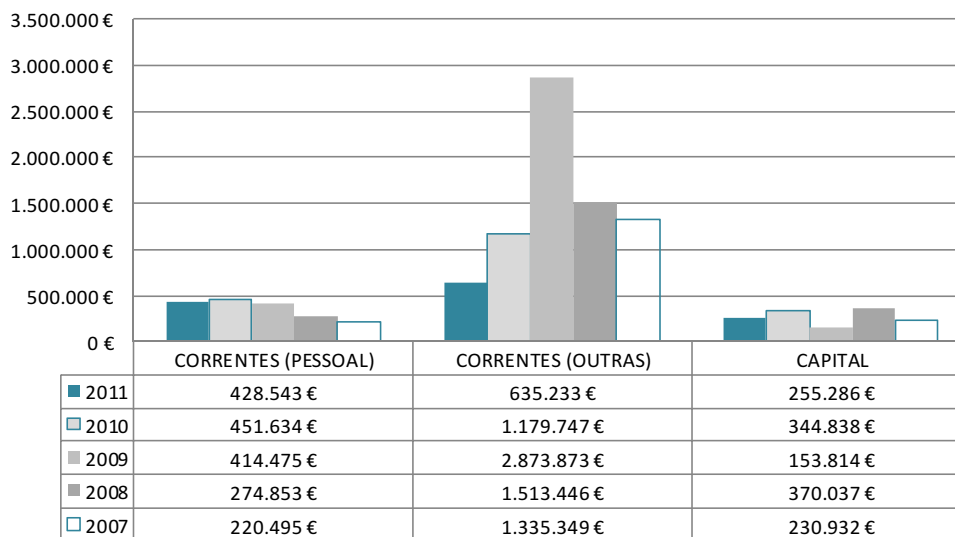
**OBSERVAÇÕES:**

- Neste quadro consideram-se os valores da receita e despesa do exercício (mapas 7.1 e 7.2) deduzidos de IVA recebido e entregue ao Estado.
- Na redistribuição de despesas classificadas como "despesas gerais" poderão resultar pequenos desajustamentos.

**Figura 19 - Evolução dos encargos com pessoal - por área**



**Figura 20 - Distribuição da despesa por tipo**



## Investimento

Em 2011, tal como nos quatro anos anteriores, os SAS.IPP não foram contemplados com quaisquer verbas do PIDDAC para investimento, apesar de o conjunto das seis residências e sete cantinas/bares carecerem de obras de conservação e se justificar a construção de novos espaços de alojamento, no Porto e em Felgueiras (como se referiu atrás, os SAS.IPP são os que têm menor capitação de camas por aluno em todas as instituições de ensino superior público), bem como de duas novas cantinas, para a ESTGF e para a ESTSP.

Para colmatar essa carência, os SAS.IPP efetuaram alguns pequenos investimentos que vão referidos no local próprio deste relatório, quer ao nível do reequipamento e conservação das residências, quer das cantinas e bares.

## Alguns indicadores

TAXA DE COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS		
TOTAL DE DESPESAS	x 100	103%
TOTAL DE RECEITAS		
TAXA DE RECEITAS PRÓPRIAS SOBRE O TOTAL DE RECEITA		
TOTAL DE RECEITA PRÓPRIA + TRANSFERÊNCIAS	x 100	50%
TOTAL DE RECEITAS		
TAXA DE FINANCIAMENTO DO OE SOBRE O TOTAL DAS RECEITAS		
TOTAL DE RECEITA DO OE	x 100	50%
TOTAL DE RECEITAS		
PESO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA		
TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL	x 100	31%
TOTAL DE DESPESA		
PESO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO NO TOTAL DA DESPESA		
TOTAL DE DESPESAS DE INVESTIMENTO	x 100	19%
TOTAL DE DESPESA		
PESO DAS DESPESAS CORRENTES (SEM PESSOAL) NO TOTAL DA DESPESA		
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES (SEM PESSOAL)	x 100	50%
TOTAL DE DESPESA		